

# Ser Professor

Satisfação Profissional  
e  
Papel das Organizações de Docentes  
(Um estudo Nacional)

João Ruivo  
João Sebastião  
José Rafael  
Paulo Afonso  
Sara Nunes

**Edição**

Instituto Politécnico de Castelo Branco  
Associação Nacional de Professores

# Ser Professor

Satisfação Profissional  
e  
Papel das Organizações de Docentes  
(Um Estudo Nacional)

João Ruivo  
João Sebastião  
José Rafael  
Paulo Afonso  
Sara Nunes

## **Edição**

Instituto Politécnico de Castelo Branco  
Associação Nacional de Professores

**Título**

Ser Professor – Satisfação Profissional e Papel das Organizações de Docentes  
(Um Estudo Nacional)

**Autores**

João Ruivo (Coord.)

João Sebastião

José Rafael

Paulo Afonso (Coord. Inquérito)

Sara Nunes

**Capa e grafismo**

Rui Monteiro

**Edição**

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Associação Nacional de Professores

**Propriedade**

Instituto Politécnico de Castelo Branco

**Impressão**

Serviços Editoriais e de Comunicação do IPCB

**ISBN:**978-972-99849-9-0

**Depósito Legal** N.º 276312/08

©

Maio 2008

## Prefácio

Vivemos uma conjuntura política, económica, social e até cultural que não motiva a escolha da profissão docente. Ser professor não é fácil. O Estado e a Sociedade olham para a escola e obrigam-na a sarar todos os males sociais que os governos não são capazes de enfrentar.

A escola obriga-se a prevenir a toxicodependência, a educar para a cidadania, a formar para o empreendedorismo, a promover uma cultura ecológica e de defesa do meio ambiente, a motivar para a prevenção rodoviária, a transmitir princípios de educação sexual, a desenvolver hábitos alimentares saudáveis, a prevenir a Sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, a utilizar as novas tecnologias da comunicação e da informação, a combater a violência, o racismo e o belicismo, a reconhecer as vantagens do multiculturalismo, a incutir nos jovens valores socialmente relevantes, a prepará-los para enfrentarem com sucesso a globalização e a sociedade do conhecimento, e sabe-se lá mais o quê...

Os professores foram treinados para saberem fazer o que sempre fizeram e bem: ensinar. Mas, além disso, todos os dias se lhes exige

o cumprimento de cada vez mais objectivos educativos que a sociedade não consegue alcançar.

Entregues a si próprios, sem acompanhamento nem adequada e suficiente formação complementar, os docentes sentem sobre os seus ombros o peso da enorme responsabilidade que lhes é imputada pelo Estado e pelas famílias. Vítimas de uma angustiante solidão profissional, cativos dentro das quatro paredes da sala de aula onde trabalham, quantas vezes em condições desmoralizadoras, rodeados de muros e cercas metálicas de várias origens e com diferentes significados, os docentes atingem perigosos estádios de desencanto, de desilusão e desmotivação profissional.

Hoje, a profissão de professor caracteriza-se por oferecer poucos estímulos, incentivos, e até razões para que os docentes se envolvam num processo de motivação e de evolução qualitativa das suas capacidades pessoais e profissionais.

Por cada nova competência que se lhes exige, sem a correspondente formação, o professor vai atingindo níveis cada vez mais preocupantes de incompetência no cumprimento desses novos saberes que se lhe impõem e para os quais não foi preparado, aumentando os seus níveis de *stress* e de erosão profissional.

Ou seja, o professor desprofissionaliza-se. E esta desprofissionalização determina o emergir de um progressivo clima de mal-estar. Por cada machadada lançada no seu estatuto remuneratório, por cada tentativa de o funcionalizar, por cada golpe desferido na sua autonomia pedagógica e intelectual, por cada tentativa de denegrir publicamente a sua imagem social, o professor proletariza-se. Isto é, deixa de ser um intelectual apto, para se transformar num assalariado com níveis de inaptidão externamente provocados. Um dos sintomas dessa proletarização ocorre, desde logo, quando os professores aceitam mais funções e, simultaneamente, piores condições de trabalho.

A ausência de um código deontológico que ajude a consolidar a cultura profissional dos docentes também não permite que se atenuem os resultados negativos de todas as pressões externas e motiva mesmo o aparecimento de sensações de insegurança e de receio permanentes. Hoje, alguns professores trabalham em condições tão desanimadoras que não conseguem enfrentar com

autonomia e liberdade as contradições que dia-a-dia encontram dentro das escolas e junto das famílias dos educandos.

Proclama-se uma escola inclusiva numa sociedade que não acolhe os excluídos. Pretende-se promover uma escola para todos numa sociedade em que o bem-estar e a cultura só estão ao alcance de alguns; em que a escola não consegue integrar os filhos das famílias vitimadas por políticas de incúria. Tais políticas acentuam o desemprego, o trabalho infantil, a iliteracia, a delinquência, a violência doméstica e coagem muitos pais a verem a escola obrigatória como um obstáculo à incorporação dos filhos no mundo do trabalho, já que esta não lhes é apresentada como uma solução meritocrática, porque as políticas e os políticos se revelaram incapazes de tomar medidas que evitassem as clivagens entre os que tudo têm e os que pouco ou nada possuem.

Arvora-se uma escola em que os valores transmissíveis não encontram acolhimento em inúmeros lares, porque são constituídos por famílias disfuncionais. Uma escola onde se exige o cumprimento de currículos obsoletos, a aplicação e correcção de provas de avaliação de conhecimentos, muitas delas de duvidosa validade, e onde a máquina burocrática da administração escolar obriga a reunir em órgãos, departamentos, comissões, sessões de atendimento...

Esta é a autêntica escola pública em que trabalha a maioria dos nossos professores. A escola em que também é preciso (ainda se lembram?) que os docentes tenham tempo para ensinar e os alunos encontrem momentos para aprender.

Nestes contextos, o desafio que nos lançou a Associação Nacional de Professores (ANP) para que realizássemos um estudo nacional que recolhesse dados sobre a satisfação profissional dos professores e dos educadores, sobre o associativismo docente e sobre o eventual interesse na criação de uma Ordem profissional foi agarrado por esta equipa do Centro de Estudos e de Desenvolvimento Regional (CEDER) do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) como uma oportunidade para fazer chegar junto dos professores e dos investigadores o conhecimento do mundo interior desta classe profissional.

Realizado o estudo, e sabendo quão escassas são as pesquisas com uma amostra desta relevância, chegou a nossa vez de desafiar a Associação Nacional de Professores a, conjuntamente com o

Instituto Politécnico de Castelo Branco, divulgar os resultados obtidos, sobretudo porque entendemos que se vive neste momento em Portugal uma conjuntura em que vale a pena conhecer o pulsar dos professores e das escolas.

Em boa hora se materializa esta iniciativa conjunta porque, face às novas exigências dos sistemas educativos, os protagonistas das mudanças desejadas – os professores – devem ser ganhos e motivados para essas transformações que tanto pretendem alterar a sua cultura e o seu modo de agir profissional. E tal só se consegue com um conhecimento profundo do modo de pensar e sentir dos sujeitos que devem impulsionar as transformações ambicionadas.

Antes que o mal-estar se instale e a resistência à mudança se enquiste, aqui damos voz aos educadores e aos professores na convicção de que o insucesso dos sistemas educativos não se traduz apenas no insucesso das escolas e dos docentes, mas também no insucesso da função educativa, função essa que a Constituição confere ao Estado.

**João Ruivo**  
(Vice-presidente do IPCB)

## As razões do estudo

Ao longo dos tempos muito tem sido escrito sobre a profissão docente, vincando a ideia de que a mesma, representando a base primeira para a melhoria do sistema educativo e afirmando-se como instrumento decisivo para o desenvolvimento do nível educacional de todos os cidadãos, seria colectivamente valorizada e depositária de um reconhecimento expressivo da sociedade. Sucede, porém, que, a par dessa percepção quanto à importância e relevo social da profissão, outras emergiram já, no seio da classe, que pareciam apontar para um certo desencanto com a profissão, com as organizações profissionais, com as políticas educativas, enfim, com o seu Estatuto social e profissional.

Perante esta aparente contradição, a Associação Nacional de Professores que, de há muito vem elegendo como uma das dimensões estruturantes da sua actuação o aprofundamento do estudo de questões relacionadas com a profissão docente, visando encontrar caminhos novos que sustentem a sua valorização e reforcem a sua atractividade, assumiu e propôs ao Centro de Estudos e de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco (CEDER) a realização de um estudo de âmbito



nacional que reflectisse, com rigor científico, o sentir dos próprios docentes, através da recolha de dados sobre a sua satisfação profissional, sobre o associativismo docente e o eventual interesse de criação de uma Ordem profissional.

Com este estudo visavam-se dois objectivos essenciais: primeiro, ir ao encontro do universo da classe docente, auscultando-o, com o propósito de fixar um quadro fidedigno do seu “sentir profissional”; segundo, saber da relevância da criação de uma Ordem profissional de docentes.

Se o primeiro objectivo era importante para um conhecimento mais consistente das questões de natureza profissional que preocupam os docentes, directamente conectadas com o acesso à profissão e com o seu exercício, já o segundo permitiria confirmar ou infirmar a justeza e a importância para a classe da prossecução do propósito que a Associação Nacional de Professores vinha afirmando há mais de vinte anos: a criação da Ordem dos Professores.

Este estudo teria ainda uma importância acrescida, porquanto seria desenvolvido num tempo em que se desenhavam já alterações profundas no sistema educativo, nos modos e processos da sua organização futura e do papel e estatuto dos diversos actores educativos.

Nesse quadro reformador ganhava especial relevo, na perspectiva da ANP, a alteração do Estatuto da Carreira Docente. A janela de oportunidade que então se abria deveria ser encarada como tempo e espaço privilegiados de revalorização da profissão docente, consubstanciada num Código Deontológico próprio que configurasse um quadro de referência profissional acima e para além de concepções políticas ou ideológicas, corporizador do fulcro do compromisso e da responsabilidade individual e do colectivo docente para com a sociedade e a Educação genericamente consideradas, e para com os alunos e as escolas em particular.

Só um estudo com a abrangência e solidez do que se propunha permitiria abandonar, com propriedade, o campo das percepções e sustentar *a futuro* uma redefinição do estatuto e dos processos de congregação da classe docente.

**João Henrique Granchó**

(Presidente da Direcção Nacional  
da Associação Nacional de Professores)

## **1 - Sobre a satisfação dos professores**

A partir dos anos 70 do século passado, nomeadamente após o 25 de Abril de 1974, a população escolar em Portugal aumentou progressivamente com o incremento dos níveis de escolaridade obrigatória tendente a “favorecer o desenvolvimento e a democratização da sociedade”, através de um novo modo de pensar a escola, de uma reforma de ensino apostada na qualidade (Ver Lei de Bases do Sistema Educativo; Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de Outubro).

Os professores foram, então, considerados os agentes privilegiados da reforma do ensino. No dizer de Teodoro (1994, p. 51), “os professores estão no coração do processo educativo (...) e, quanto maior importância se atribui à educação no desenvolvimento nacional e regional, maior prioridade se deve atribuir aos professores e à sua situação profissional”.

Tais pressupostos requerem um investimento real, efectivo, no papel dos professores, no seu estatuto profissional, para que sintam uma correspondência entre as responsabilidades e os desafios que lhes são requeridos e as legítimas aspirações a que têm direito.

Nos últimos anos, apesar da massificação da escolaridade,

tornou-se por demais evidente a diminuição do número de alunos, acarretando o encerramento das escolas, nomeadamente do 1º Ciclo do Ensino Básico, sobretudo nas aldeias do interior envelhecido, e o bloqueio às oportunidades de ingresso, promoção e estabilização na carreira por parte dos professores mais novos.

As condições em que as colocações têm ocorrido provocam alguma insatisfação face à profissão. Muitos professores têm estado sujeitos a mobilidade anual por força dos concursos, obrigando-os, quantas vezes, a grandes deslocações, com o consequente desgaste físico e psicológico.

Aos professores são requeridos papéis diversificados, tarefas para as quais não foram devidamente preparados nem vocacionados (Nóvoa, 1992). Mantém-se actual a preocupação que Esteve (1992, p. 100) manifestava quando, então, escrevia: Pede-se ao professor “(...) que seja um facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo e que, para além disso, cuide do equilíbrio psicológico e afectivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc. A tudo isto pode somar-se a atenção dada aos alunos especiais da turma”.

Acrescentemos a estas competências os desafios requeridos pelas exigências de um mundo em evolução tecnológica permanente, um novo desafio ao envolvimento e participação dos pais na escola, na avaliação, na gestão dos estabelecimentos, na diferenciação pedagógica, no confronto com o mundo global da informação e da formação paralelas.

Ao professor, como sujeito reflexivo, é requerido um permanente viver em dúvida, um ajustamento contínuo que lhe permita lidar com a incerteza, com a mudança permanente, à procura da identidade e realização profissionais.

Neste contexto de instabilidade e dúvida, como pode o professor antecipar projectos de vida? Qual o será o estado de espírito dos professores portugueses, qual a sua satisfação perante a profissão?

Comungamos da opinião de Pedro e Peixoto (2006, p. 248), quando afirmam que “a relevância e o interesse profissional dos professores surge pelo facto de a ela aparecerem associadas variáveis tão importantes como a auto-estima, o bem-estar físico e mental, a motivação, o empenho, o envolvimento, o stresse, o absentismo/ abandono, o sucesso, a realização profissional dos professores”. Seco

(2002) afirma que a generalidade das pessoas se considera satisfeita com a vida.

A nível profissional, são diversos os factores que pesam na felicidade e bem-estar dos sujeitos, sendo que os aspectos materiais da vida, os factores externos têm menos peso que os factores da personalidade, as características pessoais do indivíduo, as motivações intrínsecas para o trabalho (*cf.* Seco, *op.cit.*).

Não cabe no âmbito deste registo a abordagem dos diversos modelos teóricos da satisfação profissional (*e.g.* modelos de Maslow (1954), Herzberg, Mausner e Sniderman (1959), referidos por Alcobia (2001), McClelland (1961), Hackman e Oldham (1976), entre outros.

Importa, contudo, referir que o prestígio, a reputação, o reconhecimento, a realização e o desenvolvimento pessoal e profissional, a necessidade de crescimento, são valores fundamentais tidos em conta pela maioria dos teóricos da motivação e da satisfação profissional.

Neste sentido, Seco (2002, p. 18) afirma que “(...) os políticos e os órgãos de gestão das escolas deveriam colocar o acento tónico na motivação dos professores ao nível do seu reconhecimento e da sua auto-actualização, procurando que eles possam melhorar o seu desempenho através do desenvolvimento de uma maior competência, confiança e autonomia, ganhando, desse modo, a estima de si próprio e a dos outros”.

Aquela autora (*op. cit.*, pp. 49-50) cita Locke (1976) que considerava como “valores ou condições mais importantes conducentes à satisfação profissional, os seguintes: 1. trabalho mentalmente desafiante, com o qual o indivíduo saiba lidar, proporcionando-lhe êxito; 2. interesse pessoal pelo trabalho realizado; 3. actividade não muito desgastante fisicamente; 4. desempenho recompensado, de forma justa e objectiva e de acordo com as aspirações do indivíduo; 5. condições do trabalho compatíveis com as capacidades físicas do sujeito, permitindo a realização dos seus objectivos profissionais; 6. uma alta auto-estima por parte do trabalhador; 7. relações interpessoais facilitadoras da realização, dos valores profissionais do indivíduo”.

Jesus (1996) considera que a natureza do trabalho em si, os aspectos intrínsecos ao trabalho, sobretudo os decorrentes do processo de ensino-aprendizagem, quando significativos e

gratificantes, bem como os factores afectivos e humanos, estão essencialmente ligados à satisfação dos professores.

No mesmo sentido se posicionam Barros e Neto (1992), acrescentando, porém, que a insatisfação dos professores está mais ligada aos factores de contexto, à organização e gestão das escolas, ao clima organizacional, ao estilo de gestão (mais humanista, ou mais instrumentalista), às políticas educativas.

Alguns dos grandes problemas causadores de mal-estar docente, residem, quanto a nós, no facto de os professores não conseguirem controlar um conjunto de factores, na incerteza face aos resultados do seu trabalho, no desfasamento entre as expectativas e as recompensas obtidas em contexto de trabalho.

Ainda neste âmbito, Jesus *et al.* (1992) referem os seguintes factores, entre outros, que podem levar ao mal-estar docente: a indisciplina dos alunos, a dificuldade em motivar os alunos, melhor, em ultrapassar a desmotivação dos alunos, a dificuldade em trabalhar com colegas, em escolas cujo ambiente é conflituoso, a falta de tempo para acorrer às múltiplas exigências da profissão.

Esteve (1992), citado por Jesus (2002, p. 45), afirma que o professor é “(...) uma pessoa condenada a desempenhar mal o seu trabalho”, por falta de condições, por um conjunto de factores extrínsecos que, quase sempre, escapam ao seu controlo.

Tal actuação em esforço, geradora de desmotivação<sup>1</sup>, de desgaste profissional (Cordeiro-Alves, 1994), acarreta mal-estar docente, com prejuízo para a auto-estima do professor e consequente repercussão negativa junto dos alunos, das instituições.

---

<sup>1</sup> Segundo Torres Santomé (2006), referido por Caseiro (2006, p. 188), numa recensão crítica à sua obra, as causas da desmotivação dos professores “(...) radicam (a) na incompreensão das finalidades dos sistemas educativos, que tem a ver com a rapidez das transformações em todos os campos do conhecimento, com a celeridade das inovações na área das tecnologias da informação e da comunicação, e com as múltiplas reformas educativas promovidas com escassa implicação da classe docente; (b) na formação inicial deficitária, no âmbito da informação cultural; (c) na ‘pobreza’ das políticas de actualização cultural e psicopedagógica dos professores; (d) na concepção tecnocrática do corpo docente, com abandono do discurso político; (e) na existência de currículos obrigatórios carregados de conteúdos; (f) no peso das iniciativas, por parte da administração educativa, de tipo burocratizante; (g) na falta de serviços de apoio e na ineficácia da inspecção escolar; (h) na ausência de uma verdadeira cultura democrática na vida das escolas; (i) nos problemas de comunicação com os alunos; (j) nas dificuldades de relacionamento com as famílias; (k) na existência de um clima político e social que responsabiliza unicamente a classe docente pela qualidade da educação; (l) num ambiente social de cepticismo, de superficialidade e de banalização; (m) no avanço de políticas mercantilistas e utilitaristas; (n) na falta de incentivos aos professores inovadores; (o) na contínua ampliação das funções cometidas aos professores; (p) na maior visibilidade dos efeitos do trabalho dos professores”.

## 1.1- Auto-estima e satisfação docente

Reafirmamos que o educador, o professor, por exigência profissional, deve assumir uma capacidade crítica, de auto-reflexão, para dar sentido à sua prática, à sua acção junto dos educandos.

Tal implica que o professor se conheça e saiba dar-se a conhecer, para criar empatia relacional. Dito de outro modo, tem que ter encontrado a sua identidade profissional, o sentido da sua vida em sociedade (Alarcão, 1995).

Qual o posicionamento dos professores em relação a si próprios? Que imagem têm de si mesmos? Que imagem pensam que os outros têm de si?

Não pretendemos discutir os construtos de auto-imagem, auto-conceito, auto-estima.

Contudo, importa referir que o auto-conceito individual do professor é fruto de uma construção social e educativa, evolutiva e dinâmica. Serra (1988, p. 127) afirma que “o auto-conceito pode ser definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio”.

Simões e Lima (1992, p. 229) seguem as posições de Marsh e Shavelson (1985), definindo o auto-conceito como “(...) a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e das suas competências nos diversos domínios”.

Castelo-Branco e Pereira (2001) consideram a auto-estima como a componente avaliativa do auto-conceito e refere-se ao modo como cada um se avalia, se sente em relação a si mesmo.

Seco (2002) é de opinião que a auto-estima é uma variável mediadora da satisfação com a vida, e define-a como sendo a avaliação geral que o sujeito, o professor faz de si mesmo.

De acordo com Serra (1988), o auto-conceito depende de quatro factores:

- O modo como as outras pessoas apreciam o nosso comportamento;
- O modo como desempenhamos as nossas tarefas, sobretudo de ordem profissional;
- O modo como o comportamento individual é comparado com o dos indivíduos do grupo social de que faz parte;
- O confronto do comportamento de um sujeito com os valores instituídos por grupos normativos.

Burns (1982) afirma que uma pessoa que se considere competente para desenvolver e concretizar os seus projectos, as suas aspirações, tenderá a fazer de si mesmo uma avaliação positiva, e a possuir uma elevada auto-estima, uma imagem de competência.

Entendemos, assim, que o professor com um auto-conceito positivo tenderá a sentir-se profissionalmente competente e a apresentar desempenhos mais positivos.

O educador, o professor com elevada auto-estima sentir-se-á mais motivado para continuar a senda do sucesso, procurando elevados níveis de realização pessoal e intervenção profissional.

Os grandes beneficiários da motivação dos professores, do seu bem-estar serão os alunos. Neste sentido, Jesus (1996) considera que o professor motivado e realizado tende também a ter alunos motivados e activos.

## **1.2- Os alunos e satisfação do professor**

Corroboramos a posição de Afonso, Amado e Jesus (1999, p. 33), quando referem que são os alunos que mais precisam da escola, dos professores. Reforçando tal ideia, seguem as posições de Kholberg (1987) ao afirmarem que “(...) além de professores também somos modelos, negativos ou positivos (...)”.

Sabemos que cada escola, como comunidade educativa viva, cria o seu próprio projecto educativo. Acontece que a cultura organizacional deve implicar toda a organização para o sucesso de todos, sobretudo dos alunos. Porém, não tem sido hábito das escolas chamar os alunos para partilharem, de modo activo, o processo de renovação das escolas, sempre necessário e desejável.

É um erro grave que os alunos se mantenham como alvos passivos das decisões didácticas e das concepções ideológicas dos professores e da escola.

“Os alunos têm o direito de projectar esperanças/expectativas na Escola. Não podem continuar a ser sujeitos e objectos de modos de agir massificadores, alvos do insucesso das escolas e culpados do mesmo insucesso” (Brito *et. al*, 2002, p. 3).

Os professores devem estar atentos às necessidades, às ambições, aos projectos de vida que cada aluno vai construindo.

Os alunos, por sua vez, ao longo do processo de desenvolvimento e aprendizagem, constroem a capacidade de avaliar, de julgar a realidade escolar, as suas diversas estruturas, os professores.

De acordo com Santiago (1996), as experiências escolares dos alunos, o seu percurso de sucesso ou de insucesso, o discurso da escola, o modo como os professores se relacionam com eles, etc., correlacionam-se com as atitudes dos alunos em relação à escola, em relação aos professores.

Para Lemos *et al* (1992, 1993), o insucesso escolar gera insucesso, instabilidade, novos fracassos, desinteresse, propicia atitudes de indisciplina, de disrupção, de agressividade passiva ou activa, de abandono escolar precoce por parte de muitos alunos. No mesmo sentido, Robinson e Tayler (1986), citados por Brito *et al.* (2002, p. 3) sugerem que o insucesso escolar e as expectativas de sucesso levam ao desinteresse, já que “o aluno vai interiorizando a ideia de que cada vez mais os contextos o impedem de caminhar para o sucesso escolar”.

Tais comportamentos afectam, sobremaneira, o professor, sobretudo quando este se dá conta de que tem dificuldade em prevenir e, muito mais, em sanar os problemas, em “(...) ‘moldar’ no aluno o ‘ser escolar’ capaz de agir e de pensar em conformidade com os padrões social e institucionalmente estabelecidos e, mais particularmente, como actuam no sentido de corrigirem comportamentos desviantes e de reporem as situações ‘necessárias’ à efectivação do trabalho escolar” (Amado, 1998, p. 36).

O professor deve ter a competência de assumir e viver situações de conflito. Os conflitos na sala de aula podem ser salutareos, desde que alunos e professores os assumam como focos de dialéctica capaz de enriquecer a vida.

Mas, segundo Rego e Caldeira (2002), a autoridade do professor na sala de aula, mais do que delegada pelo poder instituído, decorre da autoridade, do respeito, da competência pedagógica e científica que os alunos reconhecem nos professores.

E, mais uma vez, importa afirmar que o professor reflexivo deve reconstruir o seu projecto de vida, assumindo um posicionamento de formação contínua eficaz, capaz de gerar sentido adequado de competência profissional, uma atitude positiva perante a vida, de modo a que os outros significativos o tenham em grande consideração.



Numa perspectiva de compromisso recíproco entre todos os intervenientes no processo educativo, o professor pode tornar-se mais feliz, mais realizado como pessoa e como profissional.

## 2 - Sobre os sindicatos e a Ordem dos Professores

Ao tempo em que se iniciou este inquérito nacional o assunto da Ordem dos Professores estava na agenda da discussão pública, ao nível da classe docente. Aliás, tratava-se de um tema já reclamado pela ANPEB (actual Associação Nacional de Professores) desde 1985, bem como por outras entidades profissionais, como é o caso do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados (SNPL) ou da Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem (ASPO).

Vários têm sido os pontos de divergência entre estas diferentes instituições. De acordo com Vilarinho (2004), o SNPL exigia o grau de Licenciatura e o cumprimento do código deontológico para se aceder à Ordem; por sua vez a ANPEB exigia habilitações profissionalizadas e, para a ASPO, somente os professores profissionalizados em efectividade de funções, com prestação de provas públicas, é que poderiam aceder à Ordem.

Segundo esta mesma autora, para a ANPEB, caberia à Ordem a defesa dos interesses e das aspirações da classe dos professores, designadamente o reactivar do prestígio social da profissão. Por

sua vez, assuntos de carácter salarial e estatutário seriam remetidos para as organizações sindicais.

De acordo com Baptista (2006), já em 20 de Junho de 1996 o SNPL submeteu à Assembleia da República uma proposta de estatutos da possível Ordem a criar. Mais tarde, a 25 de Fevereiro de 2004, este sindicato submeteu, também à Assembleia da República, uma petição para a criação da Ordem, contendo 7857 assinaturas. Por último, e de acordo com o autor supra mencionado, no dia 2 de Dezembro de 2005 debateu-se na Assembleia da República a petição nº 74/IX (2ª) do SNPL e outros para a criação da Ordem.

As várias intervenções proferidas pelos deputados dos diversos grupos parlamentares também não denotaram convergência de opinião relativamente a esta matéria. A deputada do PCP, Luísa Mesquita, centrou a sua intervenção na necessidade de haver uma maior autonomia profissional, cabendo aos professores a decisão de se criar um código deontológico para essa classe profissional<sup>2</sup>.

Por sua vez, para João Teixeira Lopes, deputado do Bloco de Esquerda, deveria caber ao Estado a definição dos critérios de acesso à profissão, bem como os códigos de natureza ética e deontológica. O seu argumento assenta no pressuposto de que a profissão docente assume-se como sendo um serviço público, pelo que deve ser tutelado pelo Estado.

Já o deputado do Partido Socialista, João Bernardo, referiu que a criação de uma ordem profissional carece de uma reflexão profunda, para que não fiquem dúvidas acerca das suas reais funções e competências, e de modo a não colidir com outras entidades profissionais.

Por último, as intervenções dos deputados do Partido Social Democrata e do CDS/PP, Fernando Antunes e Abel Baptista, respectivamente, foram muito favoráveis à criação de uma Ordem dos Professores, alegando o primeiro que “a ambição de criar uma Ordem dos Professores surge, pois, aliada a um forte sentimento de união de classe” (Baptista, 2006)<sup>3</sup>, e o segundo que “[...] a criação da Ordem dos Professores acrescentaria, desde logo, a dignificação da actividade docente[...]” (Baptista, 2006)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> in [http://www.pcp.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5132&Itemid=120](http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=5132&Itemid=120)

<sup>3</sup> in [http://jn.sapo.pt/2006/03/08/opinio/ordem\\_professores\\_e\\_ar.html](http://jn.sapo.pt/2006/03/08/opinio/ordem_professores_e_ar.html)

<sup>4</sup> in [http://jn.sapo.pt/2006/03/08/opinio/ordem\\_professores\\_e\\_ar.htm](http://jn.sapo.pt/2006/03/08/opinio/ordem_professores_e_ar.htm)

Relativamente à tomada de posição dos sindicatos sobre a eventual criação de uma Ordem dos Professores, a título de exemplo destacamos o posicionamento assumido por uma Dirigente Nacional da Fenprof, Lurdes Espanhol, num Encontro Nacional de Estudantes de Matemática, ocorrido na Universidade do Algarve nos dias 20 a 22 de Março de 2003. De acordo com Sousa (2003), esta dirigente sindical referiu que “a criação de uma Ordem já esteve na mesa do Congresso em 1995 [...]”<sup>5</sup>.

Segundo o mesmo autor, esta dirigente acrescentou que “os sindicatos, principalmente o seu, faz o que uma Ordem faria e não vê necessidade de uma estrutura que não seja para já”.

Sousa (2003), sintetizando as conclusões do evento, refere que o sindicato receia que “a Ordem lhes possa quebrar um pretensão monopólio da representatividade da classe”. Contudo, lembra que mais de 50% dos docentes não são sindicalizados.

No VII Congresso dos Professores do Centro, realizado em Abril de 2005, a Fenprof apresentou, num projecto de resolução subordinado ao tema - *Unir os professores, combater o corporativismo, reforçar o SPZC/FENPROF* - , que se está a assistir a uma vasta “pulverização sindical”<sup>6</sup> que em nada tem contribuído para a capacidade reivindicativa dessas mesmas organizações.

Contudo, já em 2003, Ruivo alertava para o facto de “o alheamento progressivo dos docentes de algumas iniciativas e posturas sindicais radica-se no facto de muitos deles terem deixado de se rever nas linguagens, nas metodologias e na cultura de grande parte dos que falando em nome dos professores há muito que só falam de si próprios” (p.20).

Em jeito de crítica deliberada à constituição de uma Ordem dos Professores, no Congresso supra mencionado destaca-se que algumas dessas organizações de cariz sindical, argumentando a necessidade de valorização e de prestígio da profissão docente, têm colocado a tónica da sua intervenção no tema da ética e da deontologia profissional, propondo a criação de uma Ordem. Pelo facto de não se concordar com este cenário, saiu reforçada a ideia de que cabe aos sindicatos “o papel insubstituível [...] na defesa e valorização da profissão docente”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> in <http://www.setubalnardede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=8843>

<sup>6</sup> In [http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso\\_tema1.html](http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso_tema1.html)

<sup>7</sup> In [http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso\\_tema1.html](http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso_tema1.html)

Um dos grandes defensores de uma Ordem dos Professores em Portugal é o actual presidente da Associação Nacional de Professores (ANP). João Grancho (2006a; 2006b), em prol do interesse público e de uma Educação de qualidade e excelência, tem, de facto, defendido a criação da Ordem dos Professores.

Numa entrevista concedida ao jornal *Ensino Magazine*, no ano de 2002, este dirigente defende que a Ordem permitirá a criação “de um quadro deontológico de actuação e de definição da classe docente”<sup>8</sup> para que o papel social dos professores seja revisto. Este mesmo dirigente, no início do ano de 2006, no Encontro Nacional de Professores realizado no Algarve, referiu que, a ser aprovada a constituição de uma Ordem dos Professores, ela regulará a função docente no que respeita ao exercício do ensino, bem como na aprovação dos programas e cursos de formação<sup>9</sup>. No fundo, esta função reguladora, tanto a nível educativo como na própria gestão dos professores, deixaria de estar sob a alçada do Estado. A Ordem “teria também como atribuição a acreditação dos profissionais e a regulação a nível disciplinar” que João Grancho classifica como ‘auto-regulação’.

Em sua opinião, a ética e a deontologia são assuntos que interessam a uma Ordem e aos Sindicados, mas a regulação da função docente deve caber exclusivamente à Ordem<sup>10</sup>.

Na qualidade de presidente do Conselho da Ordem dos Professores na Província de Ontário, no Canadá, Laframboise (2006, p. 4) refere que a criação da Ordem a que preside “permitiu valorizar a imagem da profissão docente e dos docentes perante o público e o Governo, ao mesmo tempo que ajudou a regulamentar a formação de professores e melhorou os resultados dos alunos”. Uma das principais funções da Ordem daquele país é a emissão das cartas de competências, documento indispensável para um docente poder exercer a sua profissão naquela província. O seu peso institucional viu-se reflectido no facto de as catorze faculdades existentes em Ontário respeitarem o regulamento orientador dos critérios que devem ser cumpridos por uma instituição, para que possa ser aceite como faculdade. É de relevar que este regulamento foi produzido com um forte contributo da Ordem.

<sup>8</sup> in <http://www.rvj.pt/ensino/2002/jul2002/geral.html>

<sup>9</sup> in <http://www.regiao-sul.pt/noticias/noticia.php?id=57322&comments=show>

<sup>10</sup> in [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=61&id\\_news=212614](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=61&id_news=212614)

### **3 - Ser Professor – Satisfação profissional e papel das organizações de docentes – A posição dos educadores e dos professores**

#### **3.1- Amostra**

A população em estudo é constituída pelos docentes a leccionar no ensino público em Portugal Continental, enquanto Educadores de Infância e como Professores dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário. No momento de recolha dos dados, a população de docentes a leccionar em Educação Infantil, 1º, 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário era constituída por 148 750 docentes.

A amostra de dimensão 3252 foi estratificada pelos níveis de ensino: Educação Infantil, 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Ensino Secundário (Tabela 1), e pelas regiões de Portugal Continental: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (Tabela 2). As unidades amostrais usadas no processo de selecção aleatória foram as

instituições de ensino, nas quais, para cada combinação “Nível de Ensino” e “Região”, se inquiriram todos os docentes que se mostraram disponíveis para colaborar, obtendo-se, desta forma, uma amostra representativa da população em análise.

Níveis de Ensino que exerce actualmente	Percentagem
Ed. Infância	7,3
1º CEB	21,5
2º CEB	18,9
3º CEB	22,8
Ens. Sec.	13,7
2º e 3º CEB	2,6
3º CEB e Sec.	12,3
Vários	1,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 1** - Distribuição dos Níveis de Ensino

Região	%	%
	Amostral	Populacional
Norte	36,4	37,8
Centro	21,3	24,9
Lisboa	22,7	24,8
Alentejo	13,5	8,0
Algarve	6,1	4,5

**Tabela 2** - Distribuição das Regiões

O erro de amostragem para uma proporção máxima observada de 50% e para um intervalo de confiança a 95% é de  $\pm 1.72\%$ .

A amostra obtida é maioritariamente constituída por indivíduos do sexo feminino (77,8%), licenciados (78,5%) e com a sua formação concluída em Universidades (56,5%) ou ESE's (23,1%), o que está de acordo com a realidade no Sistema Educativo em Portugal. 50% dos inquiridos está profissionalizado no 3º Ciclo e Secundário, 15,5% no 1º Ciclo do Ensino Básico e 14,0% no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, constatando-se que apenas 1,7% dos docentes inquiridos não está profissionalizado em qualquer nível de ensino. Relativamente aos níveis de ensino exercidos pelos docentes inquiridos, 48,8% encontra-se no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, 21,5% no 1º Ciclo do Ensino Básico e 18,9% no 2º Ciclo do Ensino Básico.

Pode considerar-se que a maior parte dos inquiridos se encontra numa situação profissional estável. Em particular, 59,3% está em Quadro de Escola e 23,0% em Quadro de Zona Pedagógica (Fig.1).

Situação Profissional



Fig.1 – Distribuição da Situação Profissional

Relativamente ao tempo de serviço, a maior parte dos professores inquiridos trabalha há mais de 20 anos (32,1%) e 20,5% possui entre 11 e 15 anos de serviço (Fig.2).

Tempo de Serviço

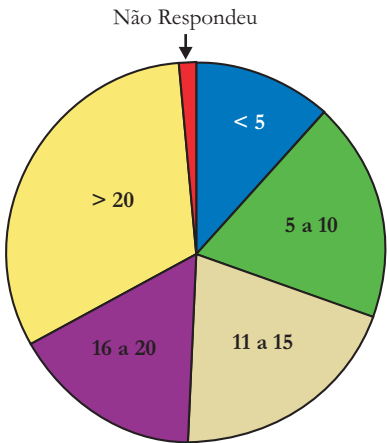


Fig.2 – Distribuição do Tempo de Serviço



50,6% dos inquiridos reside a menos de 10 km da escola e apenas 7,0% reside a mais de 100 km. Por outro lado, a maior parte dos inquiridos lecciona em escolas de cidade (45,1%). É a região Norte a que possui maior representatividade na amostra (36,4%) e, em particular, os distritos do Porto e Lisboa com 15,6% e 14,5%, respectivamente (Tabela 3).

<b>Distritos</b>	<b>Percentagem</b>
Não respondeu	2,5
AVEIRO	5,5
BEJA	,8
BRAGA	7,7
BRAGANÇA	2,2
CASTELO BRANCO	1,8
COIMBRA	4,7
ÉVORA	5,0
FARO	6,0
GUARDA	2,0
LEIRIA	6,3
LISBOA	14,5
PORTALEGRE	,5
PORTO	15,6
SANTARÉM	6,9
SETÚBAL	7,7
VIANA DO CASTELO	2,0
VILA REAL	4,3
VISEU	4,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 3** - Distribuição dos Distritos

57,4% dos inquiridos afirma ser sócio de algum Sindicato, 18,1% afirma ser sócio de alguma Associação Profissional e 9,3% afirma ser sócio de alguma Associação de Docentes.

### 3.2 - Procedimento e Instrumento

Os dados foram recolhidos através de um questionário (em anexo) construído pela equipa de trabalho que foi previamente validado. O questionário era anónimo e foi enviado para as instituições de ensino por correio nacional no dia 24 de Fevereiro de 2006. Os questionários foram acompanhados de um envelope RSF anónimo, de forma a possibilitar o retorno gratuito. Foram considerados todos os inquéritos recebidos até ao dia 10 de Maio

de 2006 (ver ficha técnica em anexo).

A primeira parte deste questionário destinava-se à recolha de elementos de identificação e a segunda parte era constituída por 47 itens cujo objectivo era avaliar as dimensões referidas na Tabela 4.

Dimensão / Subescala	Número de Itens
A. Satisfação Pessoal e Profissional	10
A1. Auto Imagem Profissional	
A2. Aspectos Exógenos	
B. Satisfação com a Escola e com os Alunos	5
C. Interesse dos Alunos	1
D. Satisfação com o Ministério da Educação	9
E. Relevância da criação da Ordem dos Professores	7
F. Satisfação com as Condições Materiais	3
G. Sindicatos	24
G1. Satisfação com os Sindicatos	
G2. Funções e competências dos Sindicatos	
H. Concursos	6
H1. Recomendações	
H2. Satisfação face à Política dos Concursos	
H3. Processos de Mobilidade	
I. Satisfação com a Carreira Docente	3

**Tabela 4** – Distribuição dos Itens pelas dimensões em estudo

Para as respostas aos itens utilizou-se uma escala de tipo Likert que permitia aos inquiridos expressar a sua opinião face à afirmação apresentada através de 6 opções: “Discordo Totalmente” (DT), “Discordo Bastante” (DB), “Discordo Pouco” (DP), “Concordo Pouco” (CP), “Concordo Bastante” (CB) e “Concordo Totalmente” (CT), que foram quantificadas, respectivamente, com os valores de 1 a 6. Os itens com formulação contrária à concordância foram invertidos na sua quantificação.

O estudo realizado é da responsabilidade do CEDER – Centro de Estudos e de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco e da ANP – Associação Nacional de Professores.

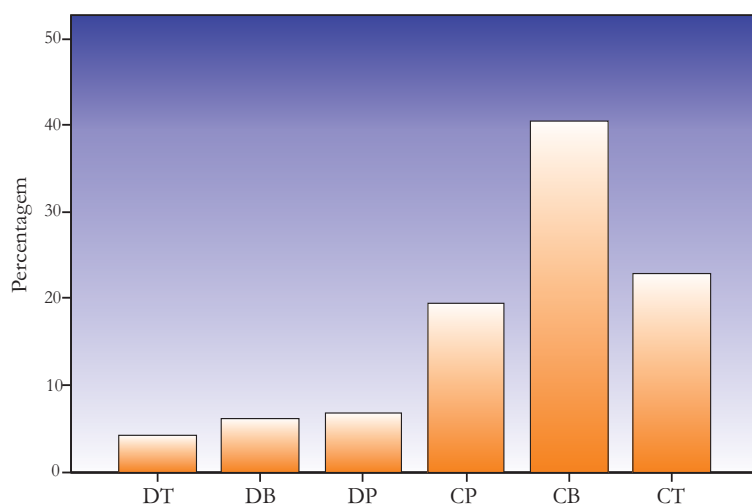
### 3.3- Resultados Obtidos

Na análise de dados recorreu-se à versão 14.0 do software SPSS e, além das medidas de estatística descritiva, utilizaram-se as técnicas de Teste de Mann-Whitney, Teste de Kruskal-Wallis, Comparações Múltiplas e Testes de Normalidade.

Numa primeira fase procedeu-se à análise individual dos itens (Anexo I) bem como a uma análise global das respostas para cada subescala (Anexo II). Posteriormente procuraram-se diferenças estatisticamente significativas na pontuação obtida em cada dimensão segundo as diferentes categorias. Os p-value dos testes estatísticos adequados encontram-se no Anexo III. Da análise efectuada, destacamos alguns aspectos que passamos a referir.

As respostas à subescala **Satisfação Pessoal e Profissional - Auto-Imagem Profissional** (média = 4.55, desvio padrão = 1.31) traduzem que, em geral, os professores se sentem satisfeitos quando avaliam a sua auto-estima bem como a sua imagem profissional (Fig.3).

### Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)



**Fig.3** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação Pessoal e Profissional - Auto-Imagem Profissional”

Observando individualmente cada item desta subescala, regista-se uma tendência clara para os inquiridos pontuarem à direita, o que denota satisfação pessoal e profissional ao nível da auto-imagem. Em particular, pode destacar-se que os professores se sentem bem com a sua profissão (item 9), com a sua formação científica (item 20) e pedagógica (item 14), com o reconhecimento dos colegas em relação ao seu trabalho (item

15), com a sua capacidade para promover o sucesso dos alunos (item 25) e não sentem dificuldades na gestão das suas actividades lectivas (item 43).

Destaque-se o facto de o item 5 (*“Se tivesse que começar de novo não escolheria ser professor”*) recolher uma grande diversidade de opiniões. Ainda assim, constata-se que 43,6% dos inquiridos não escolheria ser professor, se tivesse que começar de novo, o que provavelmente se relaciona mais com factores exógenos que propriamente com motivações ao nível da satisfação pessoal e profissional.

Relativamente aos resultados obtidos nesta subescala, destacam-se ainda os seguintes aspectos:

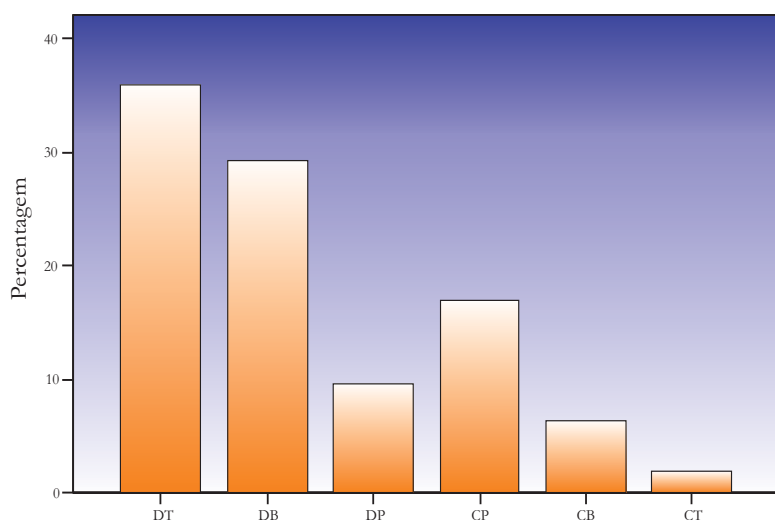
- As mulheres manifestam maior concordância do que os homens no que respeita à satisfação pessoal e profissional (auto-imagem profissional).
- Os bacharéis evidenciam maior grau de satisfação pessoal e profissional que os docentes com outros graus de formação. São os doutores que manifestam menor grau de satisfação pessoal e profissional.
- Os docentes formados pelas ex-Escolas do Magistério manifestam maior nível de satisfação pessoal e profissional (auto-imagem profissional) do que os docentes formados por outras instituições. Os docentes formados pelas universidades manifestam o menor nível de satisfação pessoal e profissional.
- São os educadores de infância que evidenciam maior nível de satisfação pessoal e profissional (auto-imagem profissional). Os docentes de outros níveis de ensino manifestam um nível de satisfação pessoal e profissional semelhante. Destacam-se apenas os docentes que exercem no 3º Ciclo do Ensino Básico, apresentando o menor grau de satisfação pessoal e profissional.
- São os docentes contratados não profissionalizados que manifestam menor nível de satisfação pessoal e profissional.
- Os docentes em exercício há menos de 15 anos manifestam menores níveis de satisfação pessoal e profissional, à medida que o tempo de serviço aumenta. Para os docentes em

exercício há mais de 15 anos regista-se uma satisfação gradualmente maior à medida que aumenta o número de anos de serviço.

- O nível de satisfação pessoal e profissional não se distingue entre os docentes que habitam próximo e os que habitam mais longe da escola.
- Os docentes da Região do Algarve tendem a manifestar maior grau de satisfação pessoal e profissional que os restantes, sendo, por outro lado, os docentes da região do Alentejo que tendem a manifestar menor nível de satisfação pessoal e social.
- Os sócios de alguma associação nacional de docentes tendem a manifestar maior nível de satisfação pessoal e profissional (auto-imagem profissional) do que os que não são sócios.

Ao contrário da tendência verificada ao nível da auto-imagem pessoal e profissional, no que diz respeito a **Satisfação Pessoal e Profissional – Aspectos Exógenos** (Fig.4), os professores revelam um baixo nível de satisfação pessoal e profissional (média = 2,34, desvio padrão = 1.37).

### Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)



**Fig.4** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação Pessoal e Profissional - Aspectos Exógenos”

O item 1 (“*Sinto que a sociedade reconhece o meu trabalho profissional*”) indicia alguma diversidade de opiniões, constatando-se, porém, que 61% dos inquiridos não sente o seu trabalho reconhecido pela sociedade.

O item 21 (“*Sinto-me preocupado com o meu futuro profissional*”) expressa uma tendência muito definida, indicando que 92,4% dos inquiridos se sente preocupado com o seu futuro profissional.

No item 30 (“*O meu vencimento corresponde ao esforço que faço para cumprir as funções docentes*”) regista-se uma tendência de pontuação à esquerda, expressando discordância com a afirmação em causa, ou seja, o vencimento, não corresponde ao esforço feito pelos educadores e professores para exercerem as suas tarefas docentes.

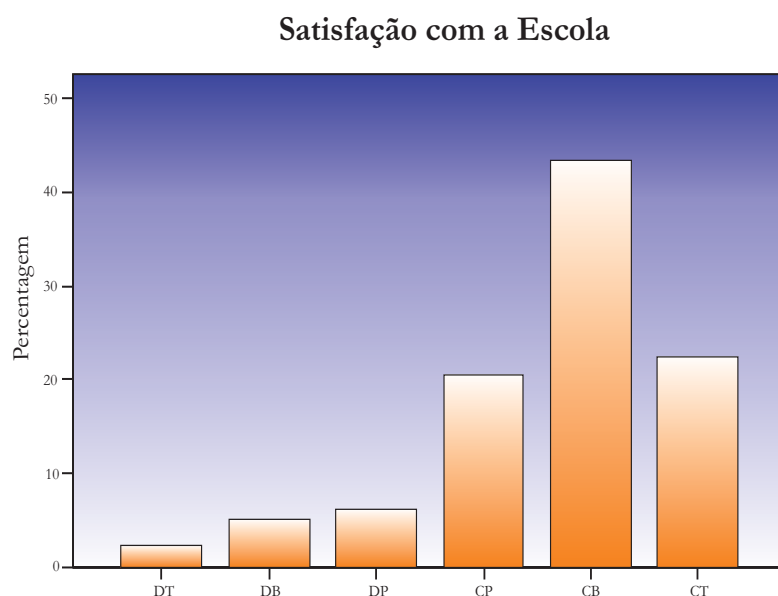
Em suma, os professores revelam ter capacidade e vontade para serem educadores e professores, e gostam da profissão. Contudo, sentem-se merecedores de mais e melhor reconhecimento, melhor vencimento e, sobretudo, de mais garantias relativamente ao futuro.

Relativamente ao grau de satisfação pessoal e profissional, quando são referidos aspectos exógenos, destaca-se o seguinte:

- As mulheres manifestam menor grau de satisfação pessoal e profissional que os homens, quando são referidas circunstâncias exógenas.
- Os bacharéis evidenciam maior grau de satisfação pessoal e profissional que os docentes com outros graus de formação. São os licenciados que manifestam menor grau de satisfação pessoal e profissional.
- Os docentes formados pelas escolas do magistério manifestam maior nível de satisfação pessoal e profissional do que os docentes formados por outras instituições. Os docentes formados pelas universidades manifestam o menor nível de satisfação pessoal e profissional em relação a aspectos exógenos que influenciam a sua vida profissional.
- São os educadores de infância que evidenciam maior nível de satisfação pessoal e profissional quanto a aspectos exógenos. Os docentes que exercem no 3º Ciclo do Ensino Básico manifestam o menor grau de satisfação pessoal e profissional.

- São os docentes contratados não profissionalizados e os docentes em quadro de escola que evidenciam os maiores níveis de satisfação pessoal e profissional.
- Os docentes em exercício há menos de 15 anos manifestam menores níveis de satisfação pessoal e profissional (aspectos exógenos) à medida que o tempo de serviço aumenta. Para os docentes em exercício há mais de 15 anos regista-se uma satisfação gradualmente maior à medida que aumenta o número de anos de serviço.
- O nível de satisfação pessoal e profissional (aspectos exógenos) tende a diminuir à medida que aumenta a distância entre local de residência e a escola.
- Os docentes das regiões do Centro, Norte e Alentejo tendem a manifestar maior grau de satisfação pessoal e profissional, no respeitante a circunstâncias exógenas, que os restantes, sendo, por outro lado, os docentes das regiões de Lisboa e Algarve que tendem a manifestar menor nível de satisfação.

A subescala de **Satisfação com a Escola** (média = 4,65, desvio padrão = 1,18) reflecte que, em geral, os professores se manifestam satisfeitos com a Escola e com os alunos (Fig.5).



**Fig.5** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação com a Escola”

Regista-se uma tendência clara de pontuação à direita para os itens desta subescala, expressando concordância com as afirmações em causa. Estão, pois, satisfeitos os professores no que respeita ao diálogo e transparência na gestão da escola (item 41), satisfeitos com a abertura ao diálogo por parte dos órgãos de gestão da escola em que trabalham (item 2), com a divulgação e facilidade de acesso à informação (item 22), com o bom ambiente vivido (item 27) e com a atenção que a escola disponibiliza aos alunos com necessidades educativas especiais (item 3).

Relativamente à satisfação com a escola, destacam-se os seguintes aspectos:

- As mulheres manifestam maior satisfação com a escola do que os homens.
- Os bacharéis evidenciam maior grau de satisfação com a escola que os docentes com outros graus de formação. São os mestres que manifestam menor grau de satisfação com a escola.
- Os docentes formados pelas escolas do magistério manifestam maior nível de satisfação com a escola do que os docentes formados por outras instituições. Os docentes formados pelas universidades manifestam o menor nível de satisfação com a escola.
- São os docentes que exercem no 3º ciclo de ensino básico e os docentes que exercem no ensino secundário que evidenciam menores níveis de satisfação com a escola. Os docentes que exercem, simultaneamente, nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico manifestam o maior grau de satisfação com a escola.
- São os docentes em Quadro de Zona Pedagógica que evidenciam os maiores níveis de satisfação com a escola.
- Os docentes em exercício há menos de 10 anos manifestam os menores níveis de satisfação com a escola. Os docentes em exercício há mais de 10 anos são os que evidenciam os maiores níveis de satisfação com a escola.
- Os docentes que residem a menos de 50 km do local onde leccionam são os que manifestam maiores níveis de satisfação com a escola.



- Os docentes que exercem na Região do Algarve são os que apresentam maiores níveis de satisfação com a escola. Os docentes das regiões do Norte e Alentejo tendem a manifestar menores graus de satisfação com a escola.
- Os docentes que não pertencem a qualquer associação profissional tendem a manifestar maior satisfação com a escola.
- Os docentes que não pertencem a qualquer associação nacional de docentes tendem a manifestar maior satisfação com a escola.

Observando a pontuação obtida no item da subescala **Interesse dos Alunos** (Fig.7), constata-se que a maioria dos professores não está satisfeita no que respeita ao interesse manifestado pelos alunos. Destaque-se que 81,1% dos inquiridos considera que os alunos manifestam reduzido interesse nas questões de aprendizagem escolar.

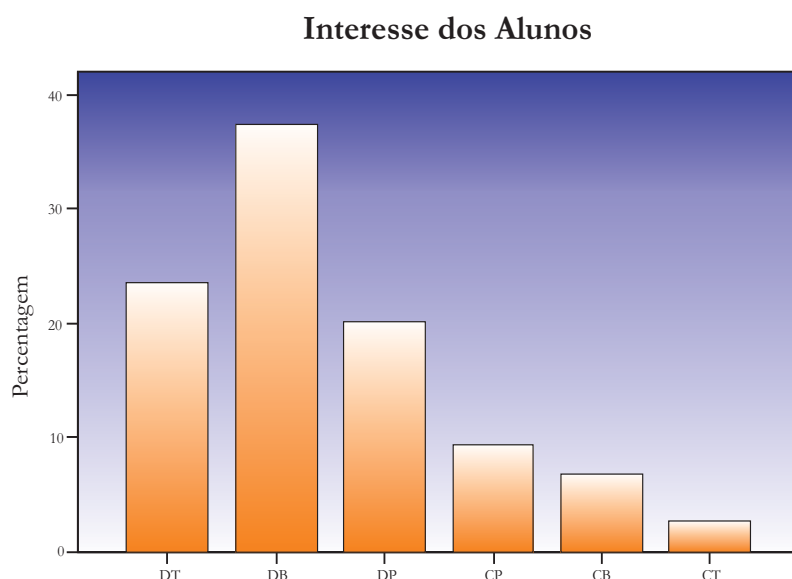


Fig.7 – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Interesse dos Alunos”

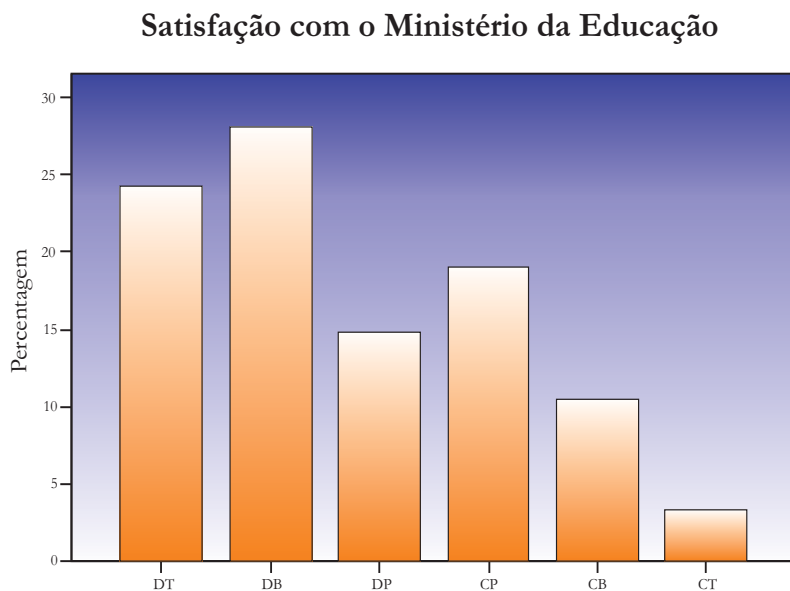
Relativamente ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem, destacam-se os seguintes aspectos:

- São os docentes formados pelas universidades que manifestam menor nível de satisfação relativamente ao

interesse dos alunos nas questões da aprendizagem. Os docentes formados pelas escolas do magistério são os que manifestam maior nível de satisfação relativamente ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem.

- São os docentes que exercem nos jardins-de-infância e os docentes que exercem no 1º Ciclo do Ensino Básico que manifestam maior satisfação em relação ao interesse dos alunos pelas questões da aprendizagem. Os docentes que exercem no 3º Ciclo do Ensino Básico são os que manifestam menor nível de satisfação quanto ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem.
- São os docentes contratados e os que estão em quadro de escola que manifestam os menores níveis de satisfação relativamente ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem. Os docentes no Quadro de Zona Pedagógica são os que evidenciam o maior nível de satisfação quanto ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem.
- Os docentes em exercício há menos de 15 anos tendem a manifestar menores níveis de satisfação relativamente ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem, à medida que aumenta o tempo de serviço. Os docentes em exercício há mais de 15 anos são os que manifestam maiores níveis de satisfação quanto ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem.
- O nível de satisfação quanto ao interesse dos alunos nas questões da aprendizagem tende a diminuir à medida que aumenta a distância da residência habitual dos docentes à escola.
- Os docentes sindicalizados tendem a atribuir um maior interesse por parte dos alunos nas questões da aprendizagem.

Relativamente à dimensão **Satisfação com o Ministério da Educação** (média = 2.73, desvio padrão = 1,44), regista-se alguma indefinição no que respeita à subescala considerada globalmente. Verifica-se, no entanto, uma tendência clara para a insatisfação dos professores quanto às políticas educativas do Ministério da Educação (Fig.8).



**Fig.8** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação com o Ministério da Educação”

A análise individual dos itens ajuda a perceber a grande diversidade de opiniões que é verificada nesta subescala. Apesar das divergências, grande parte dos inquiridos está moderadamente satisfeito com os programas oficiais (item 4). Por outro lado, é bem patente a divergência de opiniões quanto às condições de que os professores dispõem para levar à prática o Projecto Educativo nas Escolas (item 6).

Merece destaque o facto de 74,9% dos inquiridos considerarem que as orientações emanadas do Ministério da Educação não têm sido adequadas (item 12), de 89,8% afirmar que o Ministério da Educação apoia pouco os professores a nível pedagógico (item 33), e de 43,7% entender que a formação contínua proposta não tem ido ao encontro das suas necessidades (item 8).

Relativamente à satisfação com o Ministério da Educação, destacam-se os seguintes aspectos:

- Os docentes formados pelas escolas do magistério manifestam maior nível de satisfação com o Ministério da Educação do que os docentes formados por outras instituições. Os docentes formados pelas universidades

manifestam o menor nível de satisfação em relação ao Ministério da Educação.

- Os graus de satisfação com o Ministério da Educação dos docentes que leccionam apenas num único ciclo tendem a diminuir, quando se elevam os níveis de ensino. São os docentes que exercem simultaneamente nos 2º e 3º ciclos que manifestam os menores graus de satisfação com o Ministério da Educação.
- São os docentes em quadro de escola que evidenciam os menores níveis satisfação com o Ministério da Educação.
- Os docentes em exercício há menos de 5 anos manifestam os maiores níveis de satisfação com o Ministério da Educação. Os docentes em exercício entre 11 e 15 anos são os que evidenciam os menores níveis de satisfação com o Ministério da Educação.

No que toca à **Relevância da Criação de uma Ordem dos Professores** (média = 4,55, desvio padrão = 1,54), regista-se, em termos globais, concordância, embora se registre também grande diversidade de opiniões (Fig.9).

### Relevância da criação da Ordem de Professores

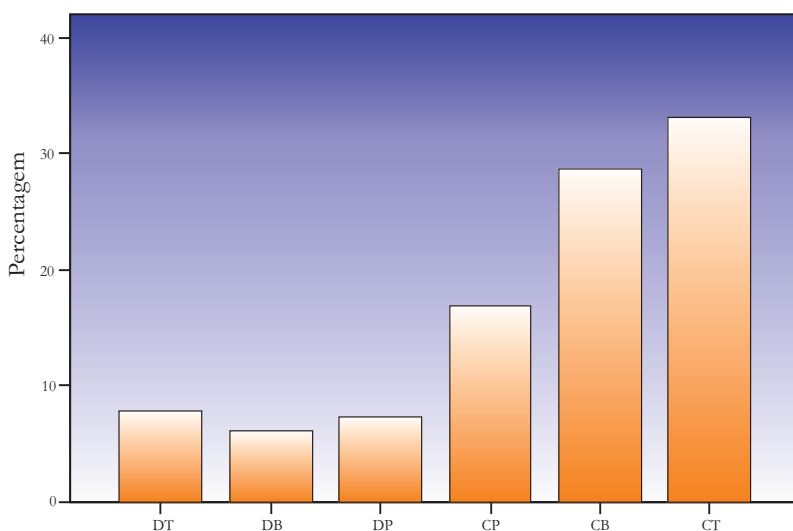


Fig.9 – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Relevância da Criação da Ordem dos Professores”

Da análise individual dos itens desta subescala, destaca-se tendência clara de pontuação à direita indicando concordância com as afirmações em questão. Em particular, constata-se que 78,4% dos inquiridos considera que uma eventual Ordem dos Professores garantiria melhores condições de trabalho docente (item 7); 81,7% considera relevante a criação de uma Ordem dos Professores (item 17); 83,2% considera que a defesa dos direitos e deveres dos professores deveria caber a uma Ordem dos Professores (item 19); 66,8% considera que os professores beneficiariam com a existência de uma Ordem dos Professores (item 26); 81,4% é de opinião que a existência de uma Ordem dos Professores ajudaria a construir um novo sentido de profissionalidade e identidade (item 32); 83,1% considera que uma Ordem dos Professores daria mais prestígio à classe (item 39), e 77,1% entende que Sindicatos de Professores e Ordem podem coexistir (item 47).

Relativamente à relevância da criação de uma Ordem dos Professores, destacam-se os seguintes aspectos:

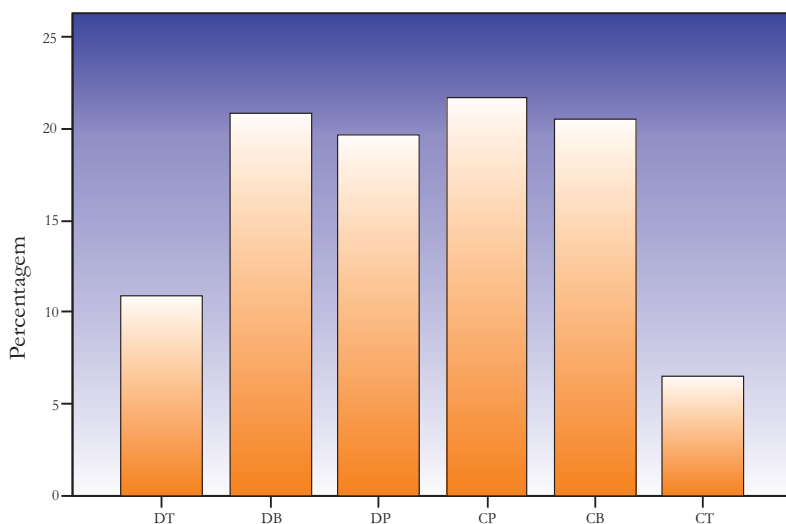
- As mulheres manifestam maior concordância do que os homens no que respeita à eventual criação de uma Ordem dos Professores.
- Os bacharéis e os mestres evidenciam menor grau de concordância que os licenciados relativamente à relevância da criação de uma Ordem. São os doutores que manifestam maior grau de concordância relativamente à criação de uma Ordem.
- Os docentes formados pelas ESE's manifestam maior nível de concordância relativamente à criação de uma Ordem do que os docentes formados por outras instituições.
- São os docentes do Ensino Secundário que evidenciam menor nível de concordância para a eventual criação de uma Ordem.
- São os docentes contratados profissionalizados e os docentes do Quadro de Zona Pedagógica que atribuem maior relevância à criação de uma Ordem.
- Os docentes em exercício há menos de 10 anos manifestam maiores níveis de concordância quanto à criação de uma Ordem, à medida que o tempo de serviço aumenta. Regista-

se uma concordância gradualmente menor à medida que aumenta o número de anos de serviço.

- O nível de concordância quanto à relevância da criação de uma Ordem dos Professores tende a aumentar à medida que aumenta a distância entre local de residência e a escola.
- Os docentes da Região do Algarve tendem a manifestar maior grau de concordância com a criação de uma Ordem que os restantes, sendo, por outro lado, os docentes da Região Centro que tendem a manifestar menor nível de concordância.
- Os docentes que não pertencem a qualquer associação profissional tendem a relevar mais a criação de uma Ordem dos Professores.

Quanto à **Satisfação com as condições materiais** (média = 3,40 e desvio padrão = 1,45), regista-se, na resposta aos itens desta subescala, uma grande diversidade de opiniões, as quais provavelmente se relacionam com o facto de os professores experimentarem realidades e contextos muito diferentes a este nível (Fig.10). No entanto, 71,4% dos inquiridos considera que as condições de trabalho na sua escola são boas (item 36).

### Satisfação com as condições materiais



**Fig.10** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação com as condições materiais”

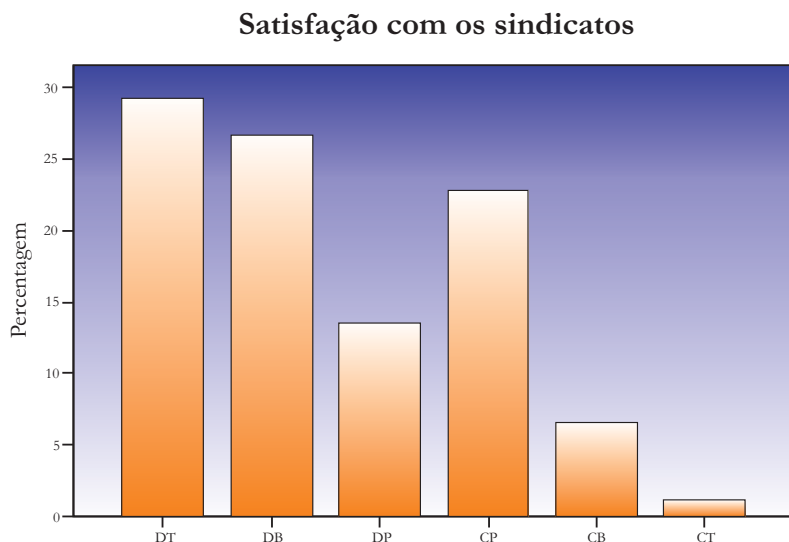
Relativamente à satisfação com as condições materiais existentes ou proporcionadas pelas escolas, destacam-se os seguintes aspectos:

- As mulheres manifestam maior satisfação do que os homens no que respeita às condições materiais.
- Os docentes formados pelas ESE's manifestam maior nível de satisfação relativamente às condições materiais, sendo os docentes do Magistério Primário os que se revelam mais insatisfeitos.
- São os educadores de infância que evidenciam maior grau de satisfação com as condições materiais, e os docentes a leccionar nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico que se manifestam mais insatisfeitos.
- Os docentes em exercício há menos de 5 anos manifestam maior nível de satisfação relativamente às condições materiais, sendo os que possuem entre 5 e 10 anos serviço os que se encontram mais insatisfeitos.
- Os docentes da Região do Algarve tendem a manifestar maior grau de satisfação com as condições materiais, sendo, por outro lado, os docentes da região do Alentejo e Lisboa que tendem a manifestar menor nível de satisfação.

Relativamente à **Satisfação com os sindicatos** (média = 2,55 e desvio padrão = 1,35), verifica-se uma tendência para os inquiridos pontuarem à esquerda, no item 29, único nesta subescala, expressando insatisfação. Em particular, 69,4% afirma sentir-se insatisfeito com o trabalho dos sindicatos de professores (Fig.11).

Relativamente à satisfação com os Sindicatos, destacam-se os seguintes aspectos:

- São os bacharéis que se mostram mais satisfeitos com o trabalho dos sindicatos, seguindo-se os licenciados, depois os mestres, sendo os doutores que manifestam maior grau de insatisfação.
- Os docentes formados pelas ex-escolas do magistério manifestam maior nível de satisfação relativamente ao trabalho dos sindicatos, sendo os docentes formados pelas universidades os que se revelam mais insatisfeitos.



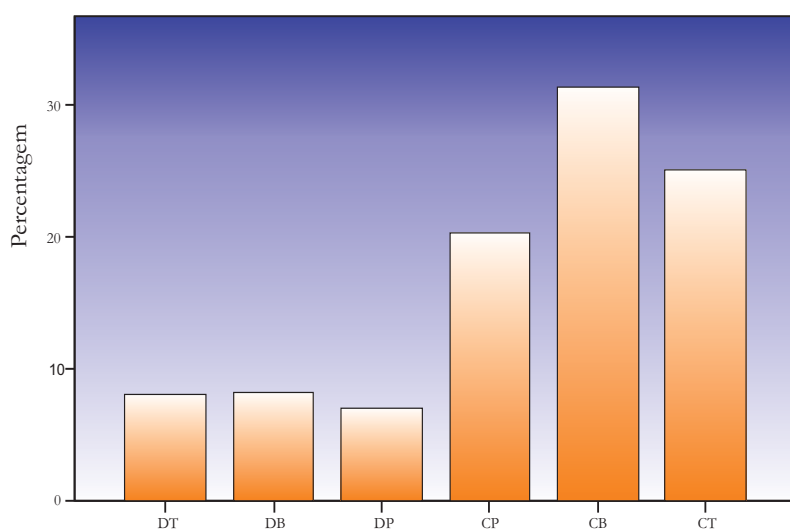
**Fig.11** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação com os sindicatos”

- São os docentes do 1º Ciclo, seguidos dos educadores de infância, que evidenciam maior grau de satisfação com o trabalho dos sindicatos. Os docentes a leccionar nos 2º e 3º Ciclos e Secundário são os que se manifestam mais insatisfeitos.
- São os professores que se encontram em Quadro de Escola os que revelam maior nível de insatisfação com o trabalho dos sindicatos.
- Os docentes em exercício há menos de 5 anos manifestam maior nível de satisfação relativamente ao trabalho dos sindicatos. Os que possuem entre 11 e 15 anos de serviço apresentam maior nível de insatisfação.
- Os docentes da Região Centro, seguidos dos da região do Alentejo, tendem a manifestar menor grau de insatisfação com o trabalho dos sindicatos. Por outro lado, são os docentes da Região de Lisboa que tendem a manifestar-se mais insatisfeitos.
- Os professores sindicalizados manifestam-se menos insatisfeitos com o trabalho dos sindicatos.
- Os sócios de associações profissionais manifestam-se mais insatisfeitos com o trabalho dos sindicatos.



Os resultados obtidos na dimensão **Funções e Competências dos Sindicatos** (média = 4,34 e desvio padrão = 1,53) reflectem alguma diversidade de opiniões nas respostas aos itens desta subescala. No entanto, destacam-se os seguintes aspectos: 70,1% dos inquiridos considera que a defesa das questões salariais dos docentes cabe aos sindicatos (item 10), e 71,4% considera que os sindicatos devem ser os interlocutores da classe docente junto do governo (item 35).

### Funções e competências dos sindicatos



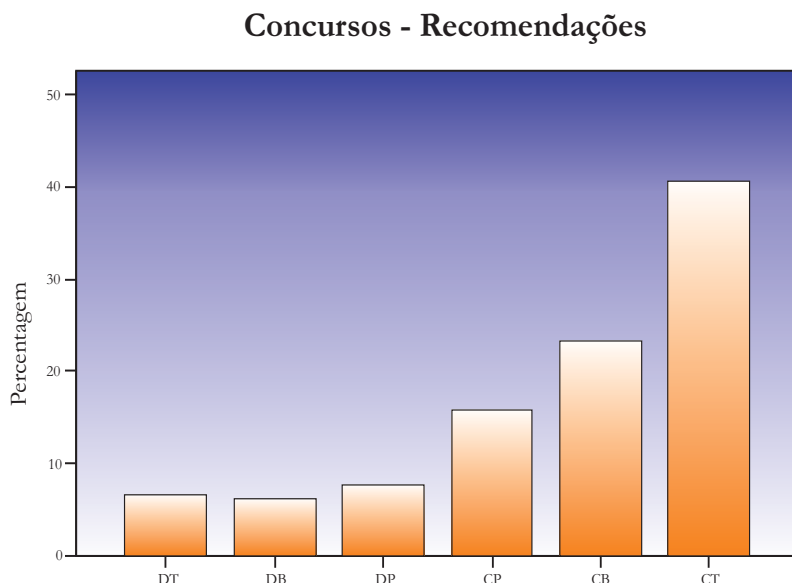
**Fig.12** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Funções e competências dos sindicatos”

Relativamente à importância das funções e competências dos Sindicatos, destacam-se os seguintes aspectos:

- Os indivíduos do sexo feminino tendem a atribuir pontuações mais elevadas aos itens desta subescala.
- São os bacharéis que atribuem pontuações mais elevadas, seguindo-se os licenciados, sendo os mestres e doutores que tendem a pontuar mais baixo.
- Os docentes formados pelas Escolas do Magistério Primário tendem a pontuar mais alto, seguidos dos formados pelas ESE's, sendo os docentes formados pelas universidades os que pontuam mais baixo.

- São os docentes do 1º Ciclo, seguidos dos educadores de infância, os que tendem a pontuar mais alto. São os docentes a leccionar no Secundário que pontuam mais baixo.
- São os professores que se encontram em Quadro de Zona Pedagógica que atribuem mais importância às funções dos sindicatos de professores, sendo os contratados não profissionalizados os que atribuem menos importância.
- Os docentes em exercício há mais de 20 anos e há menos de 5 anos pontuam mais alto, enquanto os que possuem entre 11 e 15 anos de serviço pontuam mais baixo.
- Os docentes da Região de Lisboa pontuam mais alto e os da região do Porto pontuam mais baixo.
- Os professores sindicalizados pontuam mais alto.
- Os sócios de associações profissionais pontuam mais baixo.

Para os itens da dimensão **Concursos – Recomendações** (média = 4,65 e desvio padrão = 1,54) (Fig.13), constata-se que 81,1% dos inquiridos considera que os concursos devem manter-se em regime de anualidade (item 16), e 88% considera que o número de Quadros de Zona Pedagógica deveria aumentar (item 18).

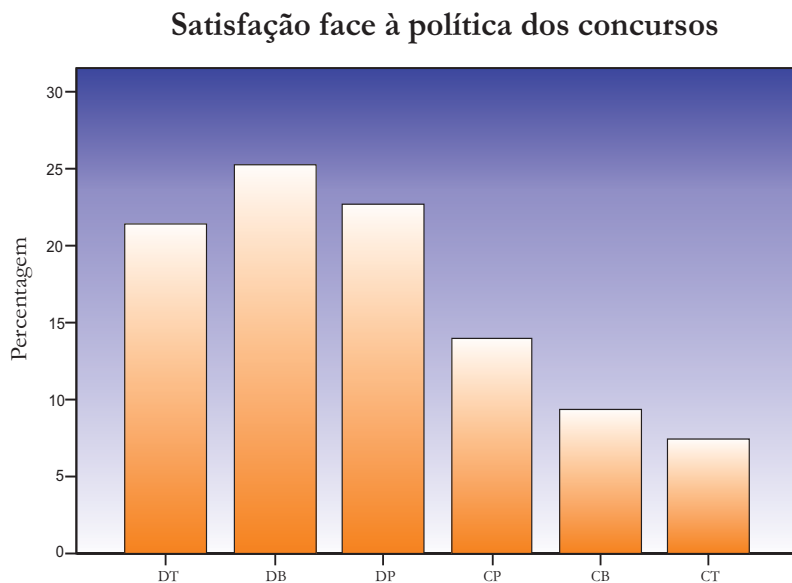


**Fig.13** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Concursos - Recomendações”

Quando confrontados com o item que afirma que os concursos de professores se devem manter em regime de anualidade, destacam-se os seguintes aspectos:

- As mulheres tendem a pontuar mais alto.
- São os bacharéis que mais estão de acordo com a recomendação de ser mantida a anualidade dos concursos de professores, seguindo-se os licenciados, sendo os mestres e doutores os que menos emitem tal opinião.
- Os docentes formados pelas ex-Escolas do Magistério tendem a pontuar mais alto, seguidos pelos formados nas ESE's, sendo os docentes formados pelas universidades os que pontuam mais baixo.
- São os educadores de infância que tendem a pontuar mais alto, seguindo-se os docentes do 1º Ciclo, 2º, 3º Ciclos. São os docentes do Ensino Secundário os que tendem a pontuar mais baixo.
- Os docentes contratados profissionalizados e em QZP tendem a pontuar mais alto e os professores em QE pontuam mais baixo.
- Os docentes em exercício há menos de 5 anos pontuam mais alto, seguidos dos que trabalham há entre 5 e 10 anos.
- À medida que aumenta a distância casa – escola, os docentes tendem a pontuar mais alto.
- Os docentes das regiões do Algarve e Alentejo tendem a pontuar mais alto, sendo, por outro lado, os docentes da Região de Lisboa que tendem a pontuar mais baixo.
- Os docentes sindicalizados pontuam mais alto.
- Os sócios de associações profissionais pontuam mais baixo.

Relativamente à dimensão **Satisfação face à política dos concursos** (média = 2,87 e desvio padrão = 1,51) (Fig.14), destaca-se o facto de 89,7% dos inquiridos considerar que, tal como têm vigorado, os concursos de professores causam instabilidade profissional (item 24). Além deste aspecto, 84,7% dos docentes inquiridos considera que os concursos não contribuem para a valorização do quadro das escolas (item 40).



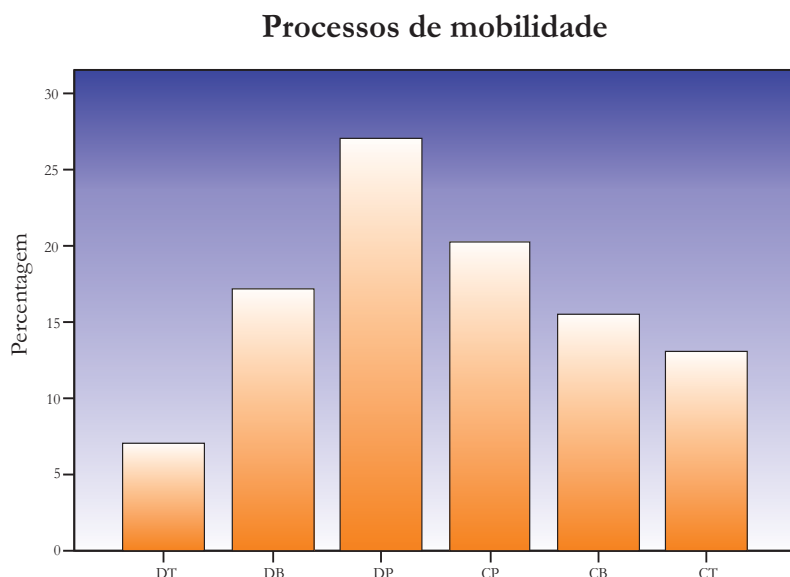
**Fig.14** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação face à política dos concursos”

Relativamente à satisfação com a política dos concursos, destacam-se os seguintes aspectos:

- As mulheres tendem a manifestar maior grau de insatisfação com a política de concursos.
- São os bacharéis que manifestam maior grau de insatisfação com a política de concursos. Seguem-se os licenciados. Os mestres e doutores tendem a manifestarem-se mais satisfeitos.
- Os docentes formados pelas ESE's tendem a manifestar-se mais insatisfeitos em relação à política de concursos, e os docentes formados pelas universidades menos insatisfeitos.
- São os educadores de infância que tendem a manifestar-se mais insatisfeitos com a política de concursos. São os docentes do Ensino Secundário os que manifestam maior grau de satisfação.
- Os docentes contratados são os que se sentem mais insatisfeitos, seguindo-se os docentes em QZP. Os professores em Quadro de Escola são os que se manifestam menos insatisfeitos.

- Os docentes em exercício há menos de 5 anos são os que sentem mais insatisfeitos com a política de concursos, constatando-se que o grau de insatisfação vai diminuindo com o tempo de serviço (exceptuam-se os docentes que trabalham há mais de 20 anos).
- O grau de insatisfação com a política de concursos aumenta à medida que aumenta a distância casa – escola.
- Os docentes sindicalizados mostram-se mais insatisfeitos com a política de concursos determinada pela tutela.
- Os sócios de associações profissionais mostram-se menos insatisfeitos.
- Os sócios de associações nacionais de docentes mostram-se menos insatisfeitos.

Na subescala **Processos de mobilidade** (média = 3,59 e desvio padrão = 1,45) (Fig.15), nos itens 28 (“*As requisições de professores prejudicam o Projecto Educativo das escolas*”) e 31 (“*Os destacamentos prejudicam o Projecto Educativo das escolas*”), obtém-se uma grande diversidade de opiniões, registando-se percentagens de concordância e discordância próximas.



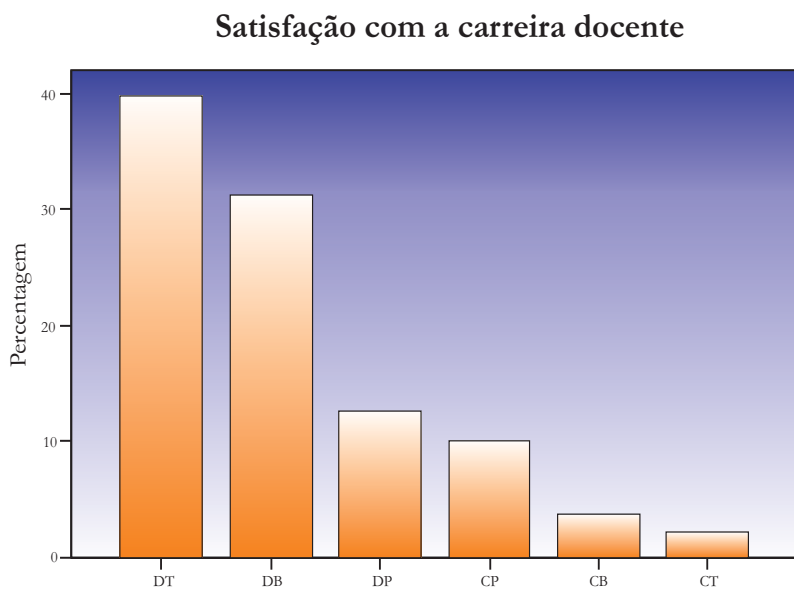
**Fig.15** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Processos de mobilidade”

Solicitados a dar a sua opinião sobre o eventual prejuízo dos destacamentos e requisições de docentes para o cumprimento do Projecto Educativo das escolas, destacam-se os seguintes aspectos:

- As mulheres tendem a pontuar mais alto, ou seja, concordam em maior nível que os destacamentos e requisições prejudicam o cumprimento do Projecto Educativo das escolas.
- Destacam-se os mestres que atribuem pontuações mais elevadas.
- Os docentes contratados não profissionalizados pontuam mais baixo, seguindo-se os contratados profissionalizados, QZP e QE.
- Os docentes em exercício há menos de 5 anos pontuam mais baixo, e os docentes a trabalhar há entre 11 e 15 anos são os que pontuam mais alto.
- Os sócios de associações profissionais pontuam mais alto.
- Os sócios de associações nacionais de docentes estão mais de acordo com a ideia de prejuízo causado pelos processos de mobilidade.

A dimensão **Satisfação com a carreira docente** (média = 2,13 e desvio padrão = 1,27) reflecte desilusão com o processo de progressão na carreira por parte dos respondentes, admitindo a necessidade de a carreira docente ser revista (fig.16). Em particular, as respostas ao item 13 (*“A carreira de professor é prestigiante”*) sugerem alguma diversidade de opiniões. No entanto, 70,6% dos inquiridos discorda da afirmação em questão.

Os itens 23 (*“A carreira docente precisa de ser revista”*) e 44 (*“Estou desiludido com o processo de progressão na carreira”*) apresentam pontuações à direita indicando concordância com as afirmações, reunindo a concordância de 91,6% e 89,8% dos inquiridos, respectivamente.



**Fig.16** – Distribuição da pontuação obtida na subescala “Satisfação com a carreira docente”

Relativamente à satisfação com a carreira docente, destacam-se os seguintes aspectos:

- Os homens manifestam maior nível de satisfação com a carreira docente do que as mulheres.
- São os docentes com pós-graduação que apresentam o menor nível de satisfação com a carreira docente. Os docentes com doutoramento são os que manifestam o maior nível de satisfação com a carreira docente.
- Os docentes formados pelas escolas do magistério manifestam maior nível de satisfação com a carreira docente do que os docentes formados por outras instituições. Os docentes formados pelas universidades manifestam o menor nível de satisfação com a carreira docente.
- Os docentes que exercem nos jardins-de-infância e os docentes que exercem no 1º Ciclo do Ensino Básico são os que manifestaram maiores níveis de satisfação com a carreira docente. São os docentes que exercem nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico que manifestam os menores graus de satisfação com a carreira docente.

- Os docentes em exercício há menos de 15 anos manifestam menores níveis de satisfação com a carreira docente à medida que o tempo de serviço aumenta. Regista-se uma satisfação gradualmente maior à medida que aumenta o número de anos de serviço, para os docentes com mais de 15 anos de serviço.
- Os docentes que residem a menos de 30 km do local onde leccionam são os que manifestam maiores graus de satisfação com a carreira docente.
- Os docentes que exercem na Região do Algarve são os que apresentam menores níveis de satisfação com a carreira docente. Os docentes da Região Centro são os que manifestam maiores graus de satisfação com a carreira docente.
- Os docentes que não pertencem a qualquer associação profissional tendem a manifestar menor satisfação com a carreira docente.





## 4 - Conclusões

Os sujeitos, professores e educadores, que foram objecto desta pesquisa são maioritariamente indivíduos do sexo feminino, licenciados, profissionalizados, trabalham há mais de vinte anos, são sócios de um sindicato ou associação profissional e detêm uma situação de vinculação estável.

Estes sujeitos sentem-se satisfeitos quando avaliam a sua auto-estima, bem como a sua imagem profissional. A maioria revela que não sente que a sociedade reconheça o seu trabalho profissional, o que, desde logo, se traduz num vencimento que não corresponde ao esforço dispendido para cumprir as funções exercidas, pelo que experimenta alguma preocupação com o futuro.

Demonstram ter capacidade e vontade para serem educadores e professores e gostam da profissão. Contudo, sentem-se merecedores de mais e melhor reconhecimento, melhor vencimento e, sobretudo, de mais garantias relativamente ao futuro.

Em geral manifestam-se satisfeitos com a escola e com os alunos, designadamente com a transparência na gestão da escola, com o bom ambiente aí vivido, e com a atenção que se disponibiliza aos alunos com dificuldades educativas especiais.

Todavia, um número expressivo dos inquiridos afirmam que não escolheriam a profissão de professor se tivessem que começar de novo, até porque consideram que a carreira de professor não é prestigiante.

A maioria não está satisfeita com o interesse revelado pelos alunos nas questões de aprendizagem escolar, e também apresenta insatisfação quanto às políticas educativas do Ministério da Educação, mas considera que as condições de trabalho na sua escola são boas.

Concordam com a criação de uma Ordem dos Professores, expressam insatisfação com o trabalho desenvolvido pelos sindicatos e reflectem desilusão com o processo de progressão na carreira docente.

## Referências

- Afonso, A., Amado, J. Jesus, S. (1999). *Sentido de escolaridade e stress nos professores*. Porto: ASA Editores.
- Alarcão, J. (1995). Princípios de formação de educadores reflexivos. *Cadernos de Educação de Infância*, 35, 12-15.
- Alcobia, P. (2001). Atitudes e satisfação no trabalho. In Ferreira, J. M., Neves, J., Caetano, A. (Coords). *Manual de Psicossociologia das organizações*. Lisboa: McGraw-Hill, 281-306].
- Amado, J. S. (1998). Pedagogia e acção disciplinar na aula. *Revista Portuguesa de Educação*, 11 (2), 35-55.
- Baptista, R. (2006). Ordem dos Professores e AR. In ([http://www.pcp.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5132&Itemid=120](http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=5132&Itemid=120)), consultado em Junho de 2007.
- Barros, J., & Neto, F. (1992). Solidão nos professores. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 26, 1-17.
- Brito, C., Brito, J., Rafael, J., Martins, M., Rodrigues (2002). O Nível de satisfação dos alunos face à escola. *PERCURSOS*, Boletim de informação e divulgação do Centro de Formação Concelhio do Fundão, Ano IV, nº 9.
- Burns, R. B. (1982). *Self-concept: Development and education*. London: Holt Rinehart and Winston.

- Caldeira, S. N. e Rego, I. E. (2001). Contributos da Psicologia para o estudo da indisciplina na sala de aula. *Revista Estudos de Psicologia*. PUC – Campinas, 18, 1, 76-96.
- Caseiro, M.A. (2006). *Itinerários*, 2ª série, nº3 (Recensões), nº3, 187-188.
- Castelo-Branco, M. C., & Pereira, A. S. (2001). A auto-estima, a satisfação com a imagem corporal e o bem-estar docente. *Psicologia, Educação e Cultura*, 5, 335-346.
- Cordeiro-Alves, F. (1994). A (In)satisfação docente. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 27, 29-60.
- Diário Digital (2006). Professores: ANP vai fazer inquérito sobre criação de Ordem. In ([http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=61&id\\_news=212614](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=61&id_news=212614)). consultado em Junho de 2007.
- Esteve, J. M. (1992). *O mal-estar docente*. Lisboa: Fim do Século Edições.
- Grancho, J. (2002). A ordem do professor. In (<http://www.rvj.pt/ensino/2002/jul2002/geral.html>), consultado em Junho de 2007.
- Grancho, J. (2006a). Ensino em Portugal. A dimensão da Educação. *Jornal O Docente*, XIII, 45, p. 17.
- Grancho, J. (2006b). Ordem dos Professores é necessária. Entrevista concedida ao *Jornal O Docente*, XIII, 46, p. 16.
- Hackman, J. R. & Oldam, G. R. (1976). Motivation through the design of work: Test of a theory. *Organizational behavior and human performance*, nº 169, pp.250-279.
- Herzberg, F., Mausner, B. & Snyderman, B. B. (1959). *The motivation to work*. New York: John Wiley & Sons.
- Jesus, S. N., Abreu, M. V., Santos, E. M. & Pereira, A. M. (1992). Estudo dos factores de mal-estar na profissão docente. *Psychologica*, 8, 51-60.
- Jesus, S.N. (1996). *A motivação para a profissão docente. Contributo para a clarificação de situações de mal-estar e para a fundamentação de estratégias de formação de professores*. Aveiro: Estante Editora.
- Jolliffe, I. T. (1986). *Principal Component Analysis*. New York: Springer-Verlag.
- Kholberg, L. (1987). Democratic Moral Education. *Psicologia*, 3, pp. 335-341.
- Laframboise, M. (2006). Ordem dos Professores valoriza a profissão. Entrevista concedida ao *Jornal O Docente*, XIII, 46, p. 4.
- Larson, H. J.(1982). *Introduction to Probability Theory and Statistical Inference*, 3ª ed., John Wiley & Sons: Nova Iorque.
- Lemos V. et al (1992). *Avaliar é aprender – O novo sistema de avaliação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Lemos, V. et. al (1993). *A nova avaliação da aprendizagem – O direito ao sucesso*. Lisboa: Texto Editora.
- Mardia, K. V. et al (1979). *Multivariate Analysis*. London: Academic Press.

- Maslow, A. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper e Row.
- McClelland, D. C. (1961). *The Achieving society*. Princeton: Van Nostrand, Hackman & Oldham (1976).
- Mood, A., Graybill, F. & Boes, D. (1974). *Introduction to the Theory of Statistics*, 3ª ed., McGraw-Hill: Nova Iorque.
- Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. In A. Nóvoa (Org). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 13-33.
- Pedro, N. & Peixoto, F. (2006). Satisfação profissional e auto-estima em professores dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. *Análise Psicológica*, 24, (2), 247-262.
- Região Sul (2006). Presidente da ANP propõe criação de uma Ordem ou Colégio de Professores. In (<http://www.regiao-sul.pt/noticias/noticia.php?id=57322&comments=show>), consultado em Junho de 2007.
- Robison, W. P. & Tayler (1986). Auto-estima, desinteresse e insucesso escolar em alunos da Escola Secundária. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 45-53.
- Ruivo, J. (2003). Começar de novo. *Ensino Magazine*. Ano VI, Nº 67, Setembro, 20.
- Santiago, R. A. (1996). *A escola representada pelos alunos, pais e professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Seco, G. M. (2002). *A satisfação dos professores. Teorias, modelos e evidências*. Porto: Edições ASA.
- Serra, A. V. (1988). Atribuição e auto-conceito. *Psychologica*, 1, 127-141.
- Simões, A. & Lima, M. P. (1992). Desenvolvimento do conceito de si escolar em adultos analfabetos: Um estudo longitudinal. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 28, 227-248.
- Sousa, J. (2003). Sindicatos e ordem profissional. In <http://www.setubal.narede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=8843>), consultado em Junho de 2007.
- SPRC/FENPROF (2005). VII Congresso dos Professores do Centro. In ([http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso\\_tema1.html](http://www.sprc.pt/paginas/7Congresso/7congresso_tema1.html)), consultado em Junho de 2007.
- Teodoro, A. (1994). *Educação hoje. A carreira docente: Formação, avaliação, progressão*. Lisboa: Texto Editora, Lda.
- Torres Santomé, J. (2006). *A desmotivação dos professores*. Mangualde: Edições Pedago.
- Vilarinho, M. (2004). Não façamos como a avestruz. É necessário reflectir acerca do associativismo docente. In <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3011>, consultado em Junho de 2007.



## **Anexos**





## **ANEXO I**

### **Ficha Técnica**

#### **Estudo**

“Ser Professor – Satisfação Profissional e Papel das Organizações de Docentes”.

#### **População**

A população em estudo é constituída pelos docentes a leccionar no ensino público em Portugal Continental, enquanto Educadores de Infância e como Professores dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário.

#### **A Amostra**

A amostra de dimensão 3252 foi estratificada pelos níveis de ensino (Ed. Infância, 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Ensino Secundário) e pelas regiões de Portugal Continental (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) NUTS II. As unidades amostrais usadas no processo de selecção aleatória foram as instituições de ensino, nas quais, para cada combinação “Nível de ensino” e “Região”, se procedeu a um recenseamento dos docentes. Pretendeu-se desta forma constituir uma amostra representativa da população em análise.

#### **Recolha dos dados**

Os dados foram recolhidos através de um questionário anónimo enviado para as instituições de ensino por correio nacional no dia 24 de Fevereiro de 2006. Os questionários foram acompanhados de um envelope SRF anónimo para permitir o retorno gratuito. Foram considerados todos os inquéritos recepcionados até ao dia 10 de Maio de 2006.

#### **Erro de amostragem**

O erro de amostragem para uma proporção máxima observada de 50% e para um intervalo de confiança a 95% é de  $\pm 1.72\%$ .

**Técnicas estatísticas utilizadas**

Estatística descritiva, Teste de Mann-Whitney, Teste de Kruskal-Wallis, Comparações múltiplas e Testes de Normalidade.

**Entidade responsável**

CEDER – Centro de Estudos e de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

ANEXO II

Distribuição da Frequência de Resposta por Item

Itens em avaliação	Média	Níveis de concordância/satisfação (%)					
		DT	DB	DP	CP	CB	CT
1 Sinto que a sociedade reconhece o meu trabalho profissional.	2,78	18,70	32,45	10,36	30,31	7,15	1,04
2 O diálogo entre professores e os órgãos de gestão da escola onde trabalho tem sido aberto.	4,53	2,62	6,60	7,10	21,84	42,76	19,09
3 A minha escola tem em consideração os alunos com necessidades educativas especiais.	4,96	0,62	1,90	4,05	16,83	47,35	29,24
4 Os programas oficiais são bem delineados, facilitando a actividade docente.	3,32	8,39	21,27	17,22	37,87	13,72	1,53
5 Se tivesse de começar de novo, não escolheria ser professor.	3,16	31,51	15,30	9,58	11,32	14,31	17,98
6 Considero haver poucas condições para levar à prática o Projecto Educativo da minha escola.	3,69	4,72	16,18	21,22	27,96	23,02	6,90
7 Uma eventual Ordem de Professores garantiria melhores condições de trabalho docente.	4,42	8,02	6,20	7,39	21,05	29,22	28,12
8 A formação contínua proposta tem vindo ao encontro das minhas necessidades.	3,39	12,28	18,38	13,06	34,54	18,20	3,54
9 Sinto-me bem com a minha profissão.	4,03	5,54	12,86	10,59	28,64	29,30	13,08
10 Aos sindicatos cabe a defesa das questões salariais dos docentes.	4,08	9,99	12,18	7,70	20,54	28,93	20,66
11 No geral, os alunos manifestam reduzido interesse nas questões da aprendizagem escolar.	4,53	2,77	6,75	9,37	20,13	37,37	23,62
12 As orientações emanadas do Ministério da Educação têm sido adequadas.	2,43	27,42	33,15	14,35	19,70	4,48	0,90
13 A carreira de professor é prestigiante.	2,52	29,75	28,82	11,98	20,79	5,93	2,73
14 A minha formação pedagógica é adequada ao meu desempenho profissional.	4,83	1,12	3,14	5,48	17,30	47,67	25,30
15 Os meus colegas reconhecem o meu trabalho.	4,42	1,58	4,17	7,58	31,22	47,74	7,71
16 Os concursos de professores devem manter-se em regime de anualidade.	4,78	5,54	5,76	7,65	13,79	20,71	46,55
17 Considero relevante a criação de uma Ordem de Professores.	4,63	7,80	4,82	5,64	16,92	28,41	36,40
18 O número de Quadros de Zona Pedagógica deveria aumentar.	4,51	7,80	6,42	7,77	17,73	25,76	34,53
19 A defesa dos direitos e deveres dos professores deveria caber a uma Ordem de Professores.	4,72	7,13	4,31	5,41	14,11	30,89	38,15
20 A minha formação científica é adequada ao meu desempenho profissional.	5,08	0,56	1,90	3,34	12,89	46,08	35,22
21 Sinto-me preocupado com o meu futuro profissional.	5,23	1,77	2,39	3,41	9,55	29,46	53,43
22 Na minha escola há facilidade de acesso à informação.	4,53	2,80	5,78	6,25	24,09	42,83	18,25

Tabela 4 – Médias e percentagens de respostas por nível de concordância/satisfação para os itens em avaliação.

Itens em avaliação	Média	Níveis de concordância/satisfação (%)					
		DT	DB	DP	CP	CB	CT
23 A carreira docente precisa de ser revista.	5,02	1,94	2,60	3,82	14,40	37,43	39,81
24 Os concursos de professores, tal como têm vigorado, causam instabilidade profissional.	5,04	1,88	2,82	5,63	13,46	31,55	44,66
25 Considero-me capaz de promover o sucesso escolar dos meus alunos.	4,97	0,41	1,25	2,90	17,58	52,11	25,76
26 Os professores beneficiariam pouco com a existência de uma Ordem de Professores.	2,73	31,13	24,00	11,72	14,25	11,46	7,44
27 O ambiente humano da minha escola é bom.	4,68	2,25	5,09	6,50	18,72	43,72	23,72
28 As requisições de professores prejudicam o Projecto Educativo das escolas.	3,58	9,70	13,72	19,18	30,40	19,99	7,01
29 Sinto-me satisfeito com o trabalho dos sindicatos de professores.	2,55	29,20	26,64	13,54	22,81	6,58	1,23
30 O meu vencimento corresponde ao esforço que faço para cumprir as funções docentes.	2,48	35,47	25,90	8,98	17,49	9,35	2,81
31 Os destacamentos prejudicam o Projecto Educativo das escolas.	3,24	16,39	17,25	21,20	23,69	14,44	7,04
32 A existência de uma Ordem de Professores ajudaria a construir um novo sentido de profissionalidade e identidade.	4,58	6,79	5,08	6,76	18,47	30,66	32,24
33 O Ministério da Educação apoia pouco os professores a nível pedagógico.	4,96	2,21	3,77	5,67	10,94	38,52	38,89
34 Os agrupamentos têm mais vantagens que desvantagens no processo pedagógico.	3,77	9,28	11,46	13,44	32,80	24,67	8,35
35 Os sindicatos devem ser os interlocutores da classe docente junto do Governo.	4,60	3,51	5,94	7,65	19,95	35,38	27,57
36 As condições de trabalho na minha escola são boas.	3,97	5,48	13,08	10,00	30,86	31,39	9,19
37 A gestão/administração das escolas deve ser assegurada por professores.	5,13	2,88	2,54	4,01	9,78	30,62	50,17
38 O Ministério da Educação apoia pouco os professores a nível científico.	4,93	1,93	2,78	5,49	14,72	40,02	35,06
39 Uma Ordem de Professores daria mais prestígio à classe.	4,71	7,00	4,31	5,57	16,05	28,21	38,87
40 Os concursos de professores não têm valorizado o quadro das escolas.	4,65	1,87	3,65	9,81	23,53	34,93	26,21
41 Na minha escola há transparência na gestão.	4,54	3,65	5,65	7,47	21,22	40,53	21,47
42 O Ministério da Educação não comunica com os professores.	5,14	1,66	1,85	4,98	11,02	32,87	47,62
43 Não tenho grandes dificuldades na gestão das minhas actividades lectivas.	4,65	1,97	5,57	6,51	19,00	44,90	22,04
44 Estou desiludido com o processo de progressão na carreira.	5,12	1,89	2,73	5,53	11,69	27,82	50,33
45 A formação contínua tem contribuído pouco para a mudança da minha prática pedagógica.	3,98	6,65	14,21	11,45	24,19	28,99	14,50
46 Na minha escola a disponibilidade de materiais de apoio didáctico e pedagógico é insuficiente.	4,10	5,60	13,77	12,87	21,14	26,43	20,18
47 Sindicatos de Professores e Ordem podem coexistir.	4,33	10,71	6,32	5,88	20,34	29,74	27,01

Tabela 4 (continuação) – Médias e percentagens de respostas por nível de concordância/satisfação para os itens em avaliação.

ANEXO III

Distribuição da Frequência de Resposta por Dimensão

Dimensões em avaliação	Média	Níveis de concordância/satisfação (%)					
		DT	DB	DP	CP	CB	CT
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	4,55	4,2	6,2	6,8	19,4	40,4	23,0
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	2,34	36,0	29,3	9,6	17,0	6,3	1,9
Satisfação com a Escola e com os Alunos	4,65	2,4	5,0	6,3	20,5	43,5	22,4
Interesse dos Alunos	2,47	23,6	37,4	20,1	9,4	6,8	2,8
Satisfação com o Ministério da Educação	2,73	24,2	28,1	14,9	19,0	10,4	3,3
Relevância da criação da Ordem de Professores	4,52	7,8	6,1	7,3	17,0	28,7	33,1
Satisfação com as condições materiais	3,40	10,9	20,8	19,7	21,6	20,5	6,5
Satisfação com os Sindicatos	2,55	29,2	26,6	13,5	22,8	6,6	1,2
Funções e Competências dos Sindicatos	4,34	8,1	8,2	7,1	20,3	31,3	25,1
Concursos – Recomendações	4,65	6,7	6,1	7,7	15,7	23,2	40,6
Satisfação face à Política dos Concursos	2,87	21,4	25,2	22,7	13,9	9,3	7,4
Processos de Mobilidade	3,59	7,0	17,2	27,0	20,2	15,5	13,1
Satisfação com a Carreira Docente	2,13	39,9	31,4	12,7	10,1	3,8	2,2

Tabela 5 – Médias e percentagens de respostas por nível de concordância/satisfação para as dimensões em avaliação.

ANEXO IV

Resultados das Comparações das Pontuações Obtidas  
Segundo as Variáveis Em Estudo

Dimensões em avaliação	SEXO		p-value
	Masculino	Feminino	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1443,71	1529,87	,023
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1676,28	1527,75	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1450,66	1522,99	,057
Interesse dos Alunos	1627,53	1595,33	,394
Satisfação com o Ministério da Educação	1495,27	1478,09	,646
Relevância da criação da Ordem de Professores	1408,91	1520,80	,003
Satisfação com as condições materiais	1520,11	1582,35	,108
Satisfação com os Sindicatos	1547,93	1584,06	,339
Funções e Competências dos Sindicatos	1379,90	1578,48	,000
Concursos – Recomendações	1377,78	1574,00	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1517,36	1454,68	,091
Processos de Mobilidade	1461,65	1532,45	,061
Satisfação com a Carreira Docente	1728,49	1514,48	,000

Tabela 6 - Rank médio e p-value dos testes de Mann-Whitney para a variável “Sexo”.

Formação Académica actual						
Dimensões em avaliação	Rank Médio					p-value
	Bacharelato	Licenciatura	Pós-Graduação	Mestrado	Doutoramento	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1605,12	1498,10	1512,80	1505,02	1362,44	,430
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1811,78	1530,04	1554,90	1575,96	1778,19	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1637,24	1506,58	1449,32	1322,13	1442,63	,009
Interesse dos Alunos	1747,56	1584,34	1612,63	1589,64	1348,06	,055
Satisfação com o Ministério da Educação	1508,90	1481,91	1432,92	1480,10	1337,07	,874
Relevância da criação da Ordem de Professores	1413,21	1504,80	1479,62	1470,59	1570,06	,580
Satisfação com as condições materiais	1484,91	1580,04	1565,78	1477,53	1714,25	,342
Satisfação com os Sindicatos	1680,39	1582,99	1477,25	1420,71	938,69	,003
Funções e Competências dos Sindicatos	1714,14	1522,56	1497,28	1414,58	1369,94	,005
Concursos – Recomendações	1602,66	1541,30	1457,46	1288,55	1233,33	,004
Satisfação face à Política dos Concursos	1430,88	1452,05	1490,70	1746,65	1465,64	,002
Processos de Mobilidade	1478,32	1499,08	1571,02	1742,83	1535,81	,016
Satisfação com a Carreira Docente	1632,29	1560,19	1428,94	1614,23	1865,44	,071

Tabela 7 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Formação Académica actual”.



Instituição em que realizou a Formação Inicial					
Dimensões em avaliação	Rank Médio				p-value
	Escola do Magistério Primário	Escola Superior de Educação	Universidade	Outra	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1664,08	1568,39	1417,51	1562,52	,000
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1915,84	1564,79	1430,59	1709,64	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1638,27	1544,88	1431,02	1531,94	,000
Interesse dos Alunos	1876,08	1759,02	1432,13	1706,53	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1624,44	1574,27	1384,53	1483,31	,000
Relevância da criação da Ordem de Professores	1469,10	1519,60	1484,85	1351,55	,088
Satisfação com as condições materiais	1477,88	1621,02	1535,38	1582,46	,048
Satisfação com os Sindicatos	1770,58	1753,20	1431,28	1582,48	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1769,92	1580,23	1439,91	1511,23	,000
Concursos – Recomendações	1810,82	1682,67	1370,77	1521,35	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1439,67	1370,54	1498,40	1432,14	,008
Processos de Mobilidade	1527,60	1484,94	1513,89	1424,47	,423
Satisfação com a Carreira Docente	1658,19	1583,05	1501,94	1563,54	,008

Tabela 8 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Instituição em que realizou a Formação Inicial”.

Níveis de Ensino em que está profissionalizado							
Dimensões em avaliação	Rank Médio						p-value
	Educação de Infância	1º Ciclo do Ensino Básico	1º e 2º Ciclos do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ens. Básico e Secundário	Nenhum	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1877,30	1616,58	1548,05	1445,22	1426,70	1260,36	,000
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1894,95	1823,94	1486,55	1578,08	1443,31	1463,69	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1508,66	1629,21	1536,15	1703,67	1403,58	1502,38	,000
Interesse dos Alunos	2298,19	1914,47	1594,84	1455,57	1435,74	1528,59	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1717,03	1643,76	1566,36	1378,32	1387,27	1539,90	,000
Relevância da criação da Ordem de Professores	1543,39	1525,69	1503,65	1469,69	1478,17	1413,59	,801
Satisfação com as condições materiais	1754,63	1504,81	1588,92	1473,02	1570,11	1512,04	,011
Satisfação com os Sindicatos	1751,91	1898,41	1683,59	1413,64	1441,74	1816,10	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1744,69	1779,14	1529,19	1468,04	1442,73	1208,76	,000
Concursos – Recomendações	1838,66	1824,81	1712,87	1427,45	1358,50	1427,49	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1385,56	1442,40	1326,77	1450,55	1532,04	1312,01	,000
Processos de Mobilidade	1548,26	1535,47	1450,41	1444,33	1539,81	1319,69	,166
Satisfação com a Carreira Docente	1728,09	1660,56	1541,28	1507,57	1513,64	1652,81	,001

Tabela 9 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Níveis de Ensino em que está profissionalizado”.

Níveis de Ensino que exerce actualmente						
Dimensões em avaliação	Rank Médio					p-value
	Educação de Infância	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1836,21	1562,52	1496,48	1351,35	1449,00	,000
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1871,94	1705,30	1518,50	1348,55	1522,88	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1479,63	1554,02	1648,84	1385,52	1367,19	,000
Interesse dos Alunos	2248,75	1895,71	1386,08	1312,05	1615,99	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1698,14	1626,81	1425,85	1373,94	1306,20	,000
Relevância da criação da Ordem de Professores	1527,52	1490,22	1457,56	1512,89	1329,23	,025
Satisfação com as condições materiais	1734,42	1482,11	1581,11	1430,09	1603,82	,000
Satisfação com os Sindicatos	1745,64	1835,62	1477,47	1456,26	1374,03	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1721,65	1733,82	1416,52	1447,86	1341,23	,000
Concursos – Recomendações	1842,32	1800,21	1476,75	1372,76	1284,78	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1366,88	1389,71	1394,62	1481,93	1512,31	,006
Processos de Mobilidade	1515,86	1479,51	1449,19	1513,83	1446,24	,430
Satisfação com a Carreira Docente	1681,70	1625,49	1493,22	1435,41	1578,52	,000

Tabela 10 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Níveis de Ensino em que exerce actualmente”.

Situação Profissional						
Dimensões em avaliação	Rank Médio					p-value
	Contratado não profissionalizado	Contratado profissionalizado	Quadro de Zona Pedagógica	Quadro de Escola	Outra	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1224,59	1511,72	1498,38	1483,02	1477,16	,126
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1617,11	1412,77	1483,66	1583,97	1301,34	,001
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1414,13	1414,17	1494,28	1501,09	1068,04	,032
Interesse dos Alunos	1535,49	1520,66	1743,21	1521,29	1743,37	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1537,63	1531,37	1521,11	1409,11	1558,22	,008
Relevância da criação da Ordem de Professores	1260,60	1588,90	1540,24	1420,74	1531,18	,000
Satisfação com as condições materiais	1508,45	1560,07	1506,58	1549,52	1653,70	,738
Satisfação com os Sindicatos	1755,64	1748,63	1711,25	1424,91	1808,24	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1239,17	1546,92	1580,97	1477,29	1440,25	,005
Concursos – Recomendações	1419,50	1777,33	1735,18	1345,47	1529,65	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1249,79	1276,39	1369,64	1524,29	1607,02	,000
Processos de Mobilidade	1283,40	1407,57	1483,49	1523,86	1658,61	,018
Satisfação com a Carreira Docente	1681,59	1541,12	1511,52	1536,01	1575,76	,608

Tabela 11 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Situação Profissional”.

Anos de Serviço Docente						
Dimensões em avaliação	Rank Médio					p-value
	< 5	5 a 10	11 a 15	16 a 20	> 20	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1539,79	1472,74	1428,76	1456,50	1555,24	,031
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1524,44	1424,93	1378,42	1511,89	1750,77	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1446,18	1429,76	1515,03	1507,89	1525,77	,196
Interesse dos Alunos	1606,39	1551,50	1489,93	1645,79	1632,20	,007
Satisfação com o Ministério da Educação	1628,48	1514,27	1381,63	1462,16	1442,25	,000
Relevância da criação da Ordem de Professores	1532,18	1579,69	1567,07	1475,52	1356,93	,000
Satisfação com as condições materiais	1636,45	1502,83	1558,33	1579,66	1531,86	,189
Satisfação com os Sindicatos	1887,61	1656,65	1443,26	1473,58	1509,41	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1550,71	1482,23	1424,51	1511,54	1599,26	,002
Concursos – Recomendações	1715,74	1643,55	1425,45	1460,48	1447,34	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1287,61	1383,35	1476,79	1553,34	1499,51	,000
Processos de Mobilidade	1404,45	1470,86	1595,71	1551,32	1470,79	,003
Satisfação com a Carreira Docente	1701,69	1515,12	1379,28	1496,30	1641,65	,000

Tabela 10 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Anos de Serviço Docente”.

Distância aproximada (Km) da sua residência habitual à escola onde lecciona						
Dimensões em avaliação	Rank Médio					p-value
	< 10	10 a 30	31 a 50	51 a 100	> 100	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1530,44	1493,11	1491,15	1481,43	1392,26	,269
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1611,54	1565,89	1457,72	1410,85	1333,51	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1519,77	1509,70	1497,39	1365,65	1432,38	,164
Interesse dos Alunos	1635,69	1591,14	1571,81	1443,14	1454,85	,005
Satisfação com o Ministério da Educação	1487,71	1454,84	1456,54	1491,11	1494,82	,898
Relevância da criação da Ordem de Professores	1440,89	1488,15	1592,98	1620,38	1569,41	,005
Satisfação com as condições materiais	1578,35	1591,54	1481,13	1465,75	1505,72	,140
Satisfação com os Sindicatos	1527,09	1581,08	1647,02	1623,91	1655,03	,060
Funções e Competências dos Sindicatos	1536,40	1523,39	1501,96	1620,52	1424,48	,252
Concursos – Recomendações	1447,19	1527,81	1589,06	1627,35	1878,07	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1505,40	1462,83	1415,31	1367,32	1323,66	,013
Processos de Mobilidade	1489,03	1525,66	1568,52	1526,85	1494,48	,611
Satisfação com a Carreira Docente	1595,69	1581,59	1439,85	1435,21	1413,55	,001

Tabela 13 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Distância aproximada (Km) da sua residência habitual à escola onde lecciona”.

Local em que se situa a escola onde lecciona				
Dimensões em avaliação	Rank Médio			p-value
	Aldeia	Vila	Cidade	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1542,34	1467,25	1475,80	,231
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1678,23	1517,41	1490,64	,000
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1521,27	1537,86	1417,02	,001
Interesse dos Alunos	1801,27	1514,16	1538,94	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1556,59	1497,33	1381,08	,000
Relevância da criação da Ordem de Professores	1504,54	1481,73	1444,70	,328
Satisfação com as condições materiais	1415,26	1573,81	1561,44	,001
Satisfação com os Sindicatos	1742,06	1534,26	1490,16	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1624,04	1482,51	1482,94	,003
Concursos – Recomendações	1782,15	1434,47	1457,89	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1322,98	1458,27	1483,00	,001
Processos de Mobilidade	1428,96	1502,15	1506,70	,185
Satisfação com a Carreira Docente	1553,12	1547,77	1518,37	,618

Tabela 14 - Rank médio e p-value dos testes de Kruskal-Wallis para a variável “Local em que se situa a escola onde lecciona”.

É sócio de algum sindicato de professores?			
Dimensões em avaliação	Rank Médio		p-value
	Sim	Não	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1501,91	1505,68	,906
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1561,23	1541,91	,550
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1506,11	1490,49	,624
Interesse dos Alunos	1658,61	1509,56	,000
Satisfação com o Ministério da Educação	1476,72	1471,46	,868
Relevância da criação da Ordem de Professores	1486,37	1491,42	,874
Satisfação com as condições materiais	1552,44	1570,33	,582
Satisfação com os Sindicatos	1722,58	1356,00	,000
Funções e Competências dos Sindicatos	1637,53	1371,12	,000
Concursos – Recomendações	1620,52	1389,05	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1433,84	1503,41	,027
Processos de Mobilidade	1506,90	1511,91	,875
Satisfação com a Carreira Docente	1562,92	1543,04	,538

Tabela 15 - Rank médio e p-value dos testes de Mann-Whitney para a variável “É sócio de algum sindicato de professores?”.



É sócio de alguma associação profissional de índole científica e/ou pedagógica?			
Dimensões em avaliação	Rank Médio		p-value
	Sim	Não	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1465,03	1482,07	,676
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1544,55	1521,87	,581
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1369,78	1498,11	,002
Interesse dos Alunos	1553,96	1570,49	,682
Satisfação com o Ministério da Educação	1472,84	1445,03	,492
Relevância da criação da Ordem de Professores	1356,84	1488,24	,001
Satisfação com as condições materiais	1537,01	1532,12	,906
Satisfação com os Sindicatos	1448,23	1561,56	,005
Funções e Competências dos Sindicatos	1361,79	1530,95	,000
Concursos – Recomendações	1343,83	1530,92	,000
Satisfação face à Política dos Concursos	1570,76	1412,34	,000
Processos de Mobilidade	1542,08	1471,40	,083
Satisfação com a Carreira Docente	1583,29	1516,45	,105

Tabela 16 - Rank médio e p-value dos testes de Mann-Whitney para a variável “É sócio de alguma associação profissional de índole científica e/ou pedagógica?”.

É sócio de alguma associação nacional de docentes?			
Dimensões em avaliação	Rank Médio		p-value
	Sim	Não	
Satisfação Pessoal e Profissional (Auto-Imagem Profissional)	1569,44	1458,36	,040
Satisfação Pessoal e Profissional (Aspectos Exógenos)	1564,33	1511,65	,335
Satisfação com a Escola e com os Alunos	1395,30	1472,65	,150
Interesse dos Alunos	1641,15	1550,73	,093
Satisfação com o Ministério da Educação	1420,79	1444,70	,655
Relevância da criação da Ordem de Professores	1503,70	1452,29	,341
Satisfação com as condições materiais	1470,92	1530,49	,277
Satisfação com os Sindicatos	1458,71	1541,13	,123
Funções e Competências dos Sindicatos	1507,56	1492,06	,775
Concursos – Recomendações	1433,39	1496,62	,248
Satisfação face à Política dos Concursos	1535,62	1419,06	,030
Processos de Mobilidade	1554,90	1466,39	,101
Satisfação com a Carreira Docente	1543,49	1517,68	,640

Tabela 17 - Rank médio e p-value dos testes de Mann-Whitney para a variável “É sócio de alguma associação nacional de docentes?”.

## ANEXO V

### Questionário



#### INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Preencha o questionário de acordo com o exemplo, utilizando **caneta azul ou preta**.

Preencha ☐ assim ☒ assim não

Senhor(a) Professor(a):

O Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER) do Instituto Politécnico de Castelo Branco pretende com este inquérito recolher dados sobre aspectos importantes da vida do professor, nomeadamente sobre a satisfação profissional e sobre a importância e papel das organizações profissionais de docentes.

A sua opinião é muito importante.

Solicitamos que responda a todas as questões com sinceridade.

Não há respostas certas ou erradas. Apenas conta o seu ponto de vista, o seu grau de concordância com as afirmações apresentadas.

O inquérito é anónimo. As suas respostas são confidenciais.

Gratos pela disponibilidade e cooperação.

#### PARTE I – Elementos de Identificação

1. Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
2. Formação académica actual	<input type="checkbox"/> Bacharelato	<input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento
3. Instituição em que realizou a formação inicial	<input type="checkbox"/> Escola do Magistério Primário <input type="checkbox"/> Universidade	<input type="checkbox"/> Escola Superior de Educação <input type="checkbox"/> Outra
4. Níveis de ensino em que está profissionalizado	<input type="checkbox"/> Educação de Infância <input type="checkbox"/> 1º Ciclo do Ensino Básico <input type="checkbox"/> 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico	<input type="checkbox"/> 2º Ciclo do Ensino Básico <input type="checkbox"/> 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Nenhum
5. Níveis de ensino em que exerce actualmente	<input type="checkbox"/> Educação de Infância <input type="checkbox"/> 1º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/> 2º Ciclo do Ensino Básico <input type="checkbox"/> 3º Ciclo do Ensino Básico <input type="checkbox"/> Ensino Secundário
6. Situação profissional	<input type="checkbox"/> Contratado não profissionalizado <input type="checkbox"/> Contratado profissionalizado	<input type="checkbox"/> Quadro de Zona Pedagógica <input type="checkbox"/> Quadro de Escola <input type="checkbox"/> Outra
7. Anos de serviço docente	<input type="checkbox"/> < 5 <input type="checkbox"/> 5 a 10 <input type="checkbox"/> 11 a 15 <input type="checkbox"/> 16 a 20 <input type="checkbox"/> > 20	
8. Distância aproximada (Km) da sua residência habitual à escola onde lecciona:	<input type="checkbox"/> < 10 <input type="checkbox"/> 10 a 30 <input type="checkbox"/> 31 a 50 <input type="checkbox"/> 51 a 100 <input type="checkbox"/> > 100	
9. Local em que se situa a escola onde lecciona	<input type="checkbox"/> Aldeia <input type="checkbox"/> Vila <input type="checkbox"/> Cidade	
10. Distrito em que se situa a escola onde exerce funções docentes no ano lectivo em curso	<input type="text"/>	
11. É sócio de algum sindicato de professores?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
12. É sócio de alguma associação profissional de índole científica e/ou pedagógica (Por ex. Associação de Professores de Português, Associação de Professores de Matemática, etc.)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
13. É sócio de alguma associação nacional de docentes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

#### PARTE II

Seguem-se 47 questões relativas a aspectos profissionais do educador e professor.

Por favor, indique o seu grau de concordância com cada um dos itens abaixo apresentados, colocando um X na quadrícula que esteja mais de acordo com o seu ponto de vista, recorrendo para tal ao *continuum* de seis pontos:

1- Discordo Totalmente	2- Discordo Bastante	3- Discordo Pouco	4- Concordo Pouco	5- Concordo Bastante	6- Concordo Totalmente
------------------------	----------------------	-------------------	-------------------	----------------------	------------------------

1 2 3 4 5 6

1. Sinto que a sociedade reconhece o meu trabalho profissional.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

2. O diálogo entre professores e os órgãos de gestão da escola onde trabalho tem sido aberto.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

40899







## Índice

Prefácio	1
As razões do estudo	5
1 - Sobre a satisfação dos professores	7
1.1 - Auto-estima e satisfação docente	11
1.2 - Os alunos e satisfação do professor	12
2 - Sobre os sindicatos e a Ordem dos Professores	15
3 - Ser Professor – Satisfação profissional e papel das organizações profissionais de docentes – A posição dos educadores e dos professores	19
3.1 - Amostra	19
3.2 - Procedimento e Instrumento	22
3.3 - Resultados Obtidos	23
4 - Conclusões	47
Referências	49
Anexos	53

